

Sindicato dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@mail.telepac.pt
http://www.sprc.pt

Ficha Técnica

Região Centro Informação

Registo de Propriedade n.º 217964

Propriedade do

Sindicato dos Professores da Região Centro

Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21

Apartado 1020 — 3001-552 Coimbra

Director — Mário Nogueira

Chefe de Redacção — Luís Lobo

Conselho de Redacção:

Adelino Lopes, Anabela Sotaia, Maria Cruz Marques, Fran-

cisco Almeida, Paulo Santos, Vítor Januário

Grafismo e Ilustração — Tiago Madeira

Composição e Paginação — SPRC

Colaboração — José Paulo Oliveira

Periodicidade — Mensal

Tiragem — 15500 exemplares

Impressão e acabamento

Sociedade Tipográfica, SA

Estrada Nacional nº 10, km 108,3

Porto Alto - 2135-114 Samora Correia

Embalagem e Expedição

Almeida Pereira - Embaladora, Lda

Centro Operador de Marketing

Redacção e Administração — Rua Lourenço

Almeida de Azevedo, 21

Fotografias — Arquivo SPRC,

Cadernos Pedagógicos — Coordenação

de Margarida Fonseca

Registo de Publicação n.º 117965

Depósito Legal n.º 228/84

EXECUTIVOS DISTRITAIS

Aveiro

Rua de Angola, 42 - B

Urbanização Forca Vouga • 3800-008 Aveiro

Telef.: 234 420 775 • FAX: 234 424 165

E-Mail: sprcaveiro@mail.telepac.pt

Castelo Branco

R. João Alves da Silva, 3 - 1.º Dt.º

6200-118 Covilhã

Telef.: 275 322 387 • FAX: 275 313 018

E-Mail: sprc.edcb@mail.telepac.pt

Coimbra

Praça da República, 28 — 1.º

Apartado 1020

3001-552 Coimbra

Telef.: 239 851 660 • FAX: 239 851 668

E-Mail: sprccoimbra@mail.telepac.pt

Guarda

Rua Vasco da Gama, 12 — 2.º

6300 Guarda

Telef.: 271 213 801 • FAX: 271 223 041

E-Mail: sprc.guarda@mail.telepac.pt

Leiria

R. dos Mártires, 26 — r/c Drlº

Apartado 1074

2400-186 Leiria

Telef.: 244 815 702 • FAX: 244 812 126

E-Mail: sprcleiria@pluricanal.net

Viseu

Av Alberto Sampaio, 39 — 1.º

Apartado 2214

3510-030 Viseu

Telef.: 232 420 320 • FAX: 232 431 138

E-Mail: sprcviseu@mail.telepac.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco

R. Pedro Fonseca, 10 — L

6000-257 Castelo Branco

Telef.: 272 343 224 • FAX: 272 322 077

E-mail: sprc-cb@clix.pt

Figueira da Foz

R. Calouste Gulbenkian, 62 - r/c Esq.º

3080-084 Figueira da Foz

Telef.: 233 424 005

Douro Sul

Av. 5 de Outubro, 75 — 1.º

Apartado 42

5100-065 Lamego

Telef.: 254 613 197 • FAX: 254 656 457

E-mail: sprclamego@mail.telepac.pt

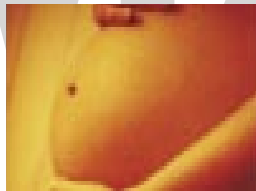
Seia

Lg. Marques da Silva

Edifício Camelo, 2.º Esquerdo

6270-490 Seia

Telef.: 238 315 498 • FAX: 238 315 498



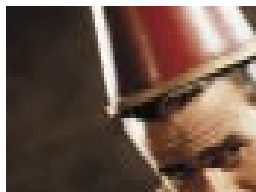
CONSULTADORIA JURÍDICA OUTRA VEZ, A MATERNIDADE!!!

Pág. 4



EM DESTAQUE O VOTO AINDA PODE SER A ARMA DO POVO

Pág. 6



CARTA ABERTA A CARMO SEABRA RESULTADOS DA AUDITORIA E DO INQUÉRITO, EXIGEM-SE!

Pág. 9



EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR OS EDUCADORES DE INFÂNCIA MANTÊM VIVA A LUTA CONTRA O CALENDÁRIO ESCOLAR

Pág. 10



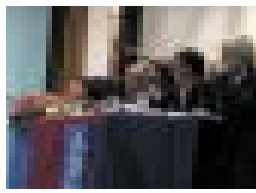
ENSINO RECORRENTE DE ADULTOS IMPÕE-SE UM NOVO RUMO

Pág. 11



ENSINO SUPERIOR O ESTREITO CAMINHO PARA BOLONHA

Pág. 13



ESCOLA EM MEIO RURAL ENCONTRO EM VISEU (DOSSIER)

Págs. 14 a 20



EDUCAÇÃO ESPECIAL O GOVERNO QUIS ACABAR COM A ESCOLA INCLU- SIVA... MAS, GRAÇAS À LUTA DOS PROFESSORES, AINDA NÃO FOI DESTA...

Pág. 24



**Sindicato dos Professores
da Região Centro**



SPRC on-line em
www.sprc.pt
atualização diária

Alunos

Despacho nº 27249/2004 de 30 de Dezembro – Equivalências de habilitações estrangeiras de nível não superior – cursos do ensino francês

Despacho nº 27265/2004 de 30 de Dezembro – Aprova o calendário do exame extraordinário de avaliação de capacidade para acesso ao ensino superior 2005

Portaria nº1/2005 de 3 de Janeiro – Altera o Regulamento do Exame Extraordinário de Avaliação de Capacidade para Acesso ao Ensino Superior

Despacho Normativo nº 1/2005 de 5 de Janeiro – *Estabelece os princípios e procedimentos a observar na avaliação das aprendizagens e competências, aos alunos dos três ciclos do ensino básico*

Despacho nº 428/2005 de 7 de Janeiro – *Calendário da realização das provas dos exames nacionais de 2005*

Diversos

Despacho nº 24959/2004 de 3 de Dezembro – Regulamento específico da tipologia de projecto nº 4.2.4, “Centro de recursos em conhecimento”, da Medida nº4.2, “Desenvolvimento e Modernização das Estruturas e Serviços de Apoio às políticas de emprego e formação” do Eixo nº4 “Promover a equidade das políticas de emprego e formação”, do POEFDS

Despacho nº 26389/2004 de 22 de Dezembro – Rectificação dos Despachos nºs 19210/2001, 20472/2002 e 24746/2003, sobre ajudas técnicas para pessoas com deficiência

Despacho nº 26390/2004 de 22 de Dezembro – Ajudas técnicas para pessoas com deficiência

Decreto-Lei nº 241/2004 de 30 de Dezembro – Estabelece as regras transitórias de recrutamento e contratação de assistente de acção educativa e de auxiliar de acção educativa das autarquias locais

Despacho nº 24/2005 de 3 de Janeiro – Medida nº1 do PROGRIDE – territórios a apoiar

Despacho nº 25/2005 de 3 de Janeiro – *Regulamento do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento – PROGRIDE*

Educação

Despacho nº 24287/2004 de 24 de Novembro – Aprova o regulamento do concurso de valorização estética das escolas 2004-2005

Decreto-Lei nº 10/2005 de 6 de Janeiro – Aprova a orgânica do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior

Ensino Básico e Secundário

Portaria nº 1487/2004 de 24 Dezembro – Adota, a título de experiência pedagógica, a Terminologia Linguística para os ensinos básico e secundário (TLEBS)

Ensino Superior

Despacho nº 23743/2004 de 18 de Novembro – Considera o exercício de funções públicas nos cargos de Presidentes dos Institutos Públicos tutelados pelo Ministério da Segurança Social da Família e da Criança, equiparados ao exercício efectivo de funções docentes na carreira docente universitária para os efeitos do artº 73º do ECDU

Parecer nº11/2004 de 24 de Novembro – *Parecer do CNE sobre a proposta apresentada pelo MCIES – sistema científico, tecnológico e de inovação – modelo de funcionamento*

Portaria nº 1446/2004 de 25 de Novembro – Alteração do plano de estudos do curso de licenciatura em Design de Equipamento da Escola Universitária das Artes de Coimbra

Portaria nº 1447/2004 de 25 de Novembro – Alteração do plano de estudos do curso de licenciatura em Cerâmica da Escola Universitária das Artes de Coimbra

Despacho nº 25704/2004 de 14 de Dezembro – Homologa a comissão de peritos para avaliação externa dos cursos de ensino superior universitário da área de Música, Artes e Espectáculo

Despacho nº 25705/2004 de 14 de Dezembro – Homologa a comissão de peritos para avaliação externa dos cursos de ensino superior universitário da área das Ciências da Educação

Despacho nº 25706/2004 de 14 de Dezembro – Homologa a comissão de peritos para avaliação externa dos cursos de ensino superior universitário da área das Ciências e Tecnologias da Comunicação

Despacho nº 25708/2004 de 14 de Dezembro – Homologa a comissão de peritos para avaliação externa dos cursos de ensino superior universitário da área de formação de educadores de infância e professores do 1º CEB

Despacho nº 25709/2004 de 14 de Dezembro – Homologa a comissão de peritos para avaliação externa dos cursos de ensino superior universitário da área de Psicologia

Parecer nº 12/2004 de 21 de Dezembro – *Parecer do CNE sobre as novas orientações estratégicas para a acção social no ensino superior*

Despacho nº 26937/2004 de 27 de Dezembro – Fundos de apoio ao estudante da Universidade de Coimbra

Despacho nº 26969-A/2004 de 27 de Dezembro – Planos de estudos licenciaturas e tabelas de correspondência entre as disciplinas dos planos de estudos anterior e novo, da Universidade de Aveiro

Portaria nº 1504/2004 de 30 de Dezembro – Aprova o plano de estudos do curso bi-etápico de licenciatura em Administração e Marketing da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital

Portaria nº 10/2005 de 6 de Janeiro – Aprova o plano de estudos do curso bi-etápico de licenciatura em Serviço Social de Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego

Despacho nº 495/2005 de 7 de Janeiro – Curso de especialização em Gestão da Informação / Centro de Recursos educativos, do I. P. Castelo Branco

Despacho nº 615/2005 de 10 de Janeiro – Regulamento do curso de especialização em Gestão de Informação / Centro de recursos educativos, do I. P. Castelo Branco

Despacho nº616/2005 de 10 de Janeiro – Regulamento do curso de pós-graduação em Ciências de Informação / Bibliotecas, do I. P. Castelo Branco

Faltas Férias e Licenças

Despacho nº 24982/2004 de 3 de Dezembro – *Contingente máximo de licenças sabáticas a conceder para o ano escolar de 2005-2006*

Formação

Despacho Conjunto nº 24/2005 de 10 de Janeiro – Regulamento de acesso à medida nº4, acção nº4.1, “Reconhecimento, validação e certificação de conhecimentos e competências adquiridos ao longo da vida”

Gestão

Circular nº 16/2004 de 19 de Novembro – Interpretação do nº2 do artº 18º e nº3 do artº25º do Decreto-Lei nº 115-A/98, de 24 de Maio, alterado pela Lei nº 24/99 de 22 de Abril

Vencimentos

Portaria nº 1475/2004 de 21 de Dezembro – *Actualiza as prestações de invalidez, de velhice e de sobrevivência, bem como as pensões de doença profissional dos subsistemas previdencial e de solidariedade*

Lei nº55-A/2004 de 30 de Dezembro – *Grandes Opções do Plano para 2005*

Lei nº55-B/2004 de 30 de Dezembro – *Orçamento de Estado para 2005*

Decreto-Lei nº 242/2004 de 31 de Dezembro – *Retribuição mínima mensal - nº1 do artº 266º do Código de Trabalho*

OUTRA VEZ, A MATERNIDADE!!!



No ano lectivo de 2000/2001 uma Educadora de Infância contratada que obteve colocação num Agrupamento de Escolas do então Centro de Área Educativa de Leiria viu, após a aceitação do lugar que lhe foi adstrito, o seu contrato de administrativo de provimento para prestação de serviço docente não homologado pelo Centro de Área Educativa de Leiria, bem como a consequente a anulação do contrato já assinado. Tal só sucedeu porque a educadora comunicou ao Agrupamento que iria gozar a licença de maternidade a que tinha direito nos termos da lei, no dia imediatamente seguinte ao da celebração do contrato, suspendendo assim a prestação de trabalho.

De forma manifestamente ilegal o Centro de Área Educativa procedeu à anulação do contrato, através do acto de não homologação do mesmo, o que implicou de imediato a perda do subsídio de maternidade a que a educadora tinha efectivamente direito e ainda a perda do tempo de serviço durante o período em que viesse a encontrar-se em situação de licença de maternidade. Para sustentar a (i)legalidade daquele acto, a então Coordenadora do Centro de Área Educativa de Leiria invocou o Parecer 20/2000 de 15 de Fevereiro da 11.ª Delegação da Direcção Geral do Orçamento.

O referido Parecer da 11.ª Delegação da

Direcção Geral do Orçamento perfilhava o entendimento de que as docentes contratadas não deveriam auferir qualquer remuneração ou subsídio enquanto se encontrassem no gozo da licença de maternidade, desobrigando assim o Ministério da Educação ao pagamento de remuneração ou subsídio, caso aquelas não renunciassem ao direito de gozo da sua licença de maternidade.

A educadora em questão entendeu levar esta questão a Tribunal, por lhe estar a ser coartado um direito constitucionalmente consagrado, tendo sido então impugnado o acto de recusa de processamento do subsídio de maternidade e a não contagem de tempo de serviço. Esta acção foi interposta junto do Tribunal Central Administrativo, que em Setembro de 2004, por acórdão entretanto transitado em julgado, vem dar razão à docente, condenando o Ministério da Educação a processar os subsídios não pagos à educadora durante o período em que aquela se encontrou em gozo de licença de maternidade, bem como proceder à contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais.

O referido acórdão vai mais longe quando preconiza que o entendimento adoptado pelo Ministério da Educação viola o princípio da igualdade e colide com o disposto nos art.ºs 8.º e 9.º da Lei n.º 4/84 de 5 de Abril, (Lei da Maternidade), com a redacção dada pela Lei n.º 18/98, no sentido de que as mulheres abrangidas por este diploma têm direito a uma licença por maternidade de 90 dias, pois “o diploma referido pretendeu abranger todas as mulheres trabalhadoras, independentemente da natureza do vínculo a fim de evitar discriminações injustas e irracionais”.

Concluiu ainda aquele Tribunal que o vínculo da educadora, o contrato administrativo de provimento, é manifestamente suficiente para aquele efeito, ou seja, o contrato de provimento, celebrado entre a recorrente e o Ministério da Educação, perante a lei da maternidade e a Constituição da Republica Portuguesa, confere-lhe o gozo da licença de maternidade e o direito a auferir os respectivos subsídios e a ver contabilizado aquele tempo de serviço para todos os efeitos legais.

A Consultora Jurídica
Sandra Correia

De forma manifestamente ilegal o Centro de Área Educativa procedeu à anulação do contrato, através do acto de não homologação do mesmo, o que implicou de imediato a perda do subsídio de maternidade a que a educadora tinha efectivamente direito.

20 DE FEVEREIRO, LÁ ESTAREMOS

Como a FENPROF declarou, o estado de crise em que temos vivido nos últimos 6 anos acentua-se, no caso da Educação, com as sucessivas (pretensas) reformas educativas. Estas, conforme os governos e as suas cores, adoptam um discurso aparentemente diferente na forma, mas essencialmente convergente no conteúdo.

■ Tenho dado comigo (vezes de mais, eu sei!) a pensar no tempo perdido e nas responsabilidades dos portugueses nesta matéria. Normalmente atiramos as culpas aos governos, utilizando-os como bodes expiatórios da situação. **Da minha parte vou estando, ainda, de consciência tranquila.** Sei que outros (muitos) também estão tal como eu com o sentido de dever cumprido. Porém, há muitos portugueses que não podem sacudir hoje a água do capote e não poderão fazê-lo no futuro.

A Democracia não se exerce só através do voto, mas o voto é um instrumento útil da Democracia. Votar (contribuindo para a redução da abstenção) será, talvez mais do que poderíamos há 30 anos imaginar, de uma urgência extrema. **Ter a coragem de tomar uma decisão e de contribuir para a mudança, através do voto, é essencial.**

Não escondo as minhas, apesar de tudo, entusiasmadas expectativas de os portugueses poderem evitar mais uma maioria absoluta que nos iniba a acção e o desejo, que aprofunde ainda mais o nosso afastamento em relação aos restantes países da União Europeia em matéria de desenvolvimento.

Não escondo a minha, apesar de tudo, vigorosa vontade de poder dar um contributo empenhado para a mudança. **Uma mudança que pense nas pessoas e com elas.** Uma mudança que acredite na solidariedade e a promova. Uma mudança, acima de tudo, que não seja materializável apenas em palavras gastas nas campanhas. Que se constitua em actos interessantes e importantes. Verdadeiramente importantes.

Para mim não bastam os discursos de circunstância ou da irremediabilidade da configuração económica, social e cultural que tem vindo a ser feita no nosso país.

Eu quero saber se vou ter o Código de Trabalho contra o qual eu lutei. Eu quero saber se está garantido um sistema educativo que promova a **DEMOCRACIA**, que respeite a **CONSTITUIÇÃO**, que aumente a **ESCOLARIZAÇÃO DOS PORTUGUESES**, que dignifique e valorize a **CARREIRA E A PROFISSÃO DOCENTE**, que promova a **AUTONOMIA PROFISSIONAL**. E votarei contra todas as soluções políticas que não estejam de acordo com a minha vontade.

Os professores, educadores e os investigadores não podem ignorar ou esquecer os seus saberes e os seus valores, aqueles porque construímos dia-a-dia uma escola de sucesso de cada um em defesa do sucesso do colectivo, contra o extravasar da competição e das leis do mercado e, por isso, quando votarem no dia 20 de Fevereiro devem fazê-lo pensando por si e sem se deixarem domesticar pela ideologia dominante do centro.

Luís Lobo

O VOTO AINDA PODE SER A ARMA DO POVO

Eleições à porta, é tempo de vermos todos os nossos anseios respondidos. Não há candidatura que não se diga concordante com as exigências das populações e não há força concorrente que não se disponibilize para transformar a Educação no centro das suas apaixonantes intervenções.

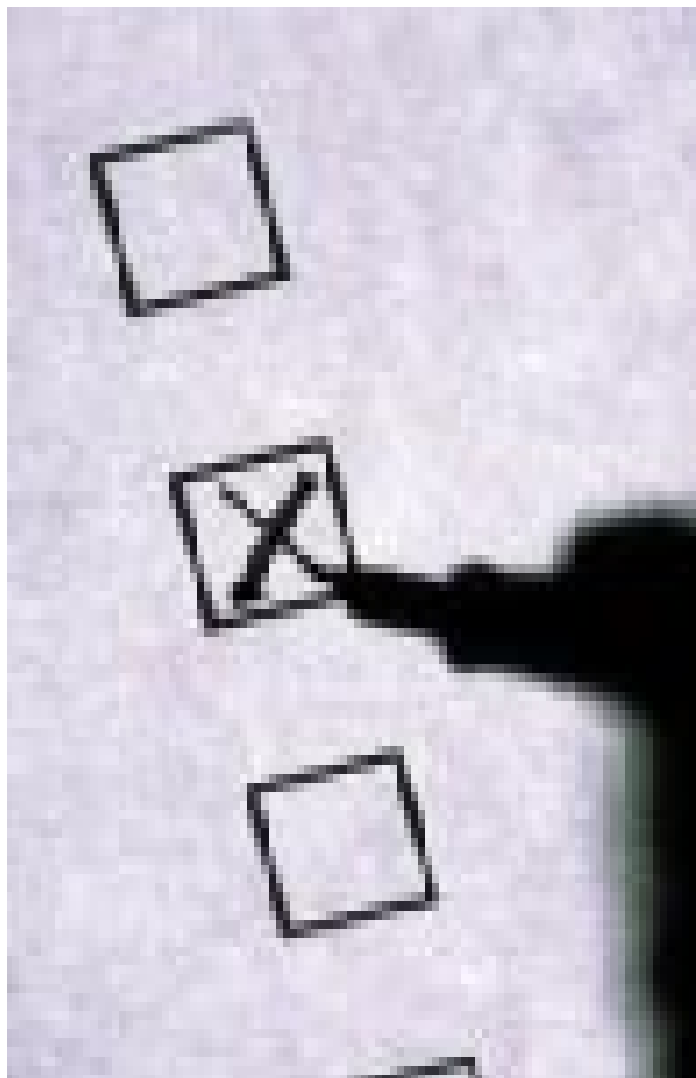
■ É, pois, preciso, estar com um olho nos programas eleitorais e outro no passado recente dos partidos, para que se saiba o que prometem (sendo também de grande significado as omissões que, nesta altura, nunca correspondem a esquecimentos), e para que recordemos o que fizeram quando eram governo ou na sua actividade parlamentar.

Para nós, professores e educadores, há um conjunto de questões que nos últimos anos nos mobilizaram e nos levaram para a rua, para a luta. O Código de Trabalho e as suas consequências muito negativas para todos os trabalhadores, o congelamento salarial imposto nos dois últimos anos à esmagadora maioria dos trabalhadores da Administração Pública, a Lei de Bases da Educação, em boa hora vetada, as assustadoras taxas de insucesso e abandono escolar que batem *records* em Portugal, a tentativa de colocar gestores profissionais à frente das escolas ou os calamitosos concursos de professores ainda não totalmente resolvidos, apesar de estar à porta um novo concurso.

Também noutras áreas os registos apresentam um sentido muito negativo. É a privatização da saúde, as tentativas de privatizar a água, o desemprego que já atinge meio milhão de trabalhadores, a pobreza em que caíram dois milhões de portugueses de entre os quais mais de trezentos mil passam fome, a crise na Justiça, a fuga e a fraude fiscais praticadas pelos que mais têm mas que menos solidários são...

Portugal está, de facto, a viver tempos conturbados e negativos que não podem ser disfarçados por êxitos desportivos ou por outras mantas que, por esconderem os problemas, impedem a sua resolução.

O Governo de Santana Lopes, apesar da sua maioria parlamentar, caiu. Caiu, principalmente devido à política negativa desenvolvida por si e pelo que o antecedeu. Os portugueses contestaram tais políticas, tendo o protesto e as lutas desenvolvidas contribuído fortemente para que



Portugal está, de facto, a viver tempos conturbados e negativos que não podem ser disfarçados por êxitos desportivos ou por outras mantas que, por esconderem os problemas, impedem a sua resolução.

a queda acontecesse. É tempo, agora, de dar corpo à luta através do voto que, como se dizia logo após o 25 de Abril, é a arma do Povo. Usemo-la. Usemo-la não apenas para mudar os rostos, mas, essencialmente, para que mudem as políticas. O país precisa e não pode adiar mais...

Mário Nogueira
Coordenador do SPRC

VÊM AÍ (NOVAMENTE)... OS CONCURSOS!

Concurso de 2004 - milhares de erros ainda por corrigir e responsabilidades por apurar

É verdade, os concursos de professores e educadores estão outra vez aí à porta, numa altura em que o processo relativo aos anteriores concursos está, ainda, longe de ficar concluído. Bem pelo contrário: milhares de docentes, vítimas da irresponsabilidade política e incompetência técnica de duas equipas ministeriais, continuam ainda à espera de resposta aos recursos hierárquicos apresentados em Agosto e Setembro e a aguardar resolução para as suas situações no corrente ano lectivo!!!

Os resultados da auditoria externa, da responsabilidade da Inspeção Geral de Finanças, que deviam ter sido conhecidos em Novembro, só no início de Janeiro foram tornados públicos em Conferência de Imprensa. Mesmo assim, envoltos num clima algo conturbado e nebuloso, em que a Ministra da Educação, depois de “dar o dito por não dito” em final de Dezembro, tentou atribuir um carácter “confidencial” ao relatório da Inspeção para não revelar publicamente os seus resultados e adiou a entrega das conclusões da Comissão de Inquérito “Sine die”.

Dos resultados até agora tornados públicos, sabemos já que em vez dos 800 mil euros iniciais estimados, **os custos totais do sistema de apoio ao concurso de professores de 2004, atingiram os 1,8 milhões de euros - quase 2 milhões de euros!!!** (escusado será referir quem vai pagar a factura...) Sabemos já que foi apurada a “existência de indícios de prática de actos susceptíveis de configurar ilícitos disciplinares e contratuais”, praticados pelos serviços da DGRHE e da Compta (empresa responsável pela elaboração do “Software”) e que daí irão resultar inevitáveis processos disciplinares... aos técnicos dos serviços, claro está! Sabemos também que o apuramento das responsabilidades das várias partes envolvidas neste processo caberão ao Tribunal de Contas e à Comissão de Inquérito (que entretanto tinha estado suspensa).

O que falta saber é se vão ser apuradas as responsabilidades dos governantes que estiveram à frente

de todo este processo e quem as vai apurar! (Não esqueçamos que alguns desses governantes estão ainda em funções e a preparar o concurso que se avizinha).

O que seria desejável e que se exige, antes de mais, é que as conclusões da Comissão de Inquérito sejam tornadas públicas e inteiramente esclarecidas antes do início do próximo concurso, para que não se repitam os mesmos erros e para que este não resulte em nova catástrofe nacional, com graves prejuízos para milhares de docentes e alunos.

Concurso de 2005 – alterações pontuais sem direito a negociação

Para o concurso de 2005, o Governo decidiu unilateralmente aprovar alterações pontuais ao regime de concursos, antes da data fixada para o limite das negociações, porque na verdade nunca chegou a haver qualquer negociação, apenas meras auscultações aos sindicatos. Daí que nenhuma das propostas apresentadas pelo SPRC/FEN-PROF tenham sido tidas em conta, tais como a vinculação de docentes, novos critérios para a abertura de lugares de quadro, a revogação das reconduções, o respeito absoluto pela graduação profissional como princípio a ter em conta em todas as colocações ou os incentivos à fixação de docentes em zonas isoladas e desfavorecidas, entre outras.

As alterações introduzidas pelo Governo são irrelevantes, não retirando nada ao carácter negativo que o Decreto-Lei 35/2003 transporta consigo desde o início e baseiam-se em alguns dos aspectos que mais polémica suscitaram no anterior concurso, a saber:

- mudança de prioridade dos destacamentos por condições específicas, passando para depois da afectação dos docentes de QZP;
- a afectação dos docentes de QZP será feita pelas preferências manifestadas pelos candidatos, independentemente do número de horas lectivas dos horários;
- as reconduções previstas para quem se encontra em QZP não são aplicáveis ao concurso para 2005/2006;
- na manifestação de preferências, o número de estabelecimentos de edu-

cação e ensino aumenta para 75 e o de concelhos para 50;

- na contratação haverá a possibilidade de manifestar preferências por duração previsível do contrato (contratos a celebrar durante o 1º período, com termo a 31 de Agosto, ou contratos de duração temporária);

- a possibilidade de os professores estagiários se candidatarem a concurso, sendo ordenados numa 6ª prioridade;

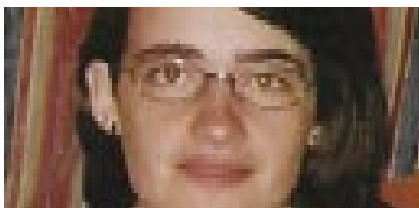
- a clarificação do critério de desempate entre candidatos (através do arredondamento às milésimas do quociente da divisão por 365 do número de dias de serviço docente prestado antes e depois da profissionalização).

De salientar ainda a intenção do Ministério da Educação de a candidatura ao concurso ser feita exclusivamente por via electrónica, precedida de uma fase de inscrição para os candidatos terem acesso ao nome de utilizador e respectiva “password”.

Atrasos preocupantes no concurso para 2005/2006

Por último, mas não menos importante, constatamos que o processo de concurso para o próximo ano se encontra já bastante atrasado: as alterações ao Decreto-Lei ainda não foram publicadas em Diário da República e as transferências por ausência de serviço docente dos professores e educadores de quadros de escolas, objecto de extinção, fusão ou reestruturação ainda não se efectuaram, nem sabemos quando o serão. Recordamos que estas transferências têm lugar em momento anterior ao concurso e que no ano anterior ocorreram em Dezembro. Por outro lado, estão a ser veiculadas informações que apontam para a abertura do concurso apenas em Fevereiro. Esta situação é muito preocupante, porque para além de estar a ser desrespeitada a legislação no que ao prazo de abertura do concurso diz respeito, os atrasos já verificados podem vir a ter repercussões muito sérias na colocação dos candidatos e na abertura do próximo ano lectivo, tal como aconteceu este ano lectivo. E ninguém deseja que tal volte a repetir-se!

Anabela Sotaia
Coordenadora Adjunta do SPRC



Que não volte a repetir-se

■ Chamo-me Andreia Góis, sou professora do 1º CEB contratada, e venho aqui relatar mais uma das inúmeras e vergonhosas situações que ocorreram como consequência dos últimos concursos de professores.

Sei que muitas e possivelmente ainda mais graves situações haverá contudo, esta é a que estou ainda vivendo e sobre a qual todos os dias me interrogo «Será isto possível?», «Será que deixei de existir?». São estas as questões que continuo sem ver respondidas e que cada dia que passa me vão angustiando mais e mais!

Concluí o meu curso no ano lectivo de 2002/2003 e desde logo iniciei funções numa escola do Bombarral, prestando serviço em Apoio Pedagógico Acrescido, praticamente durante todo o ano lectivo.

Ao terminar o ano sentia-me feliz pensando que dado o meu tempo de serviço, este ano provavelmente, iria começar ainda mais cedo; as expectativas eram grandes contudo, logo de início, algo começou mal. Ao serem divulgadas as primeiras listas do concurso verifiquei que tinha sido excluída, alegadamente por falta de requisito habilitacional. Reclamei, como tantos outros professores, e, consequentemente, na segunda lista provisória já constava com o nº de ordem 26816.

Ao sair a lista definitiva, no dia 31 de Agosto, mantinha-me com o mesmo número.

Receando o desemprego, por tudo o que nos chegava diariamente noticiando a grave situação dos colegas já posicionados nos quadros e das reduções constantes do número de lugares, inscrevi-me para poder usufruir do subsídio de desemprego. Fui aguardando, para ver o que iria acontecer, tentando estar sempre a par das saídas das colocações para poder calcular a minha própria e, qual não é o meu espanto, quando algum tempo depois ao consultar as listas de não colocados, onde até então constava o meu número e nome, verifiquei que me tinham simplesmente apagado das

mesmas.

Recorri ao sindicato para saber como deveria proceder e assim, formalizei um recurso hierárquico que enviei para as devidas instâncias, ficando a aguardar os 30 dias úteis para a resposta tão desejada.

Durante este tempo consultei as listas para ver se alguma coisa mudava contudo, isso sim, fui vendo outros a serem colocados na minha frente passando a minha vez sem nada acontecer.

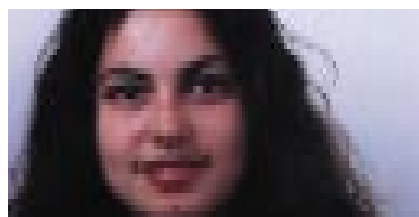
(Estávamos em Dezembro) E tudo está na mesma. Não há qualquer resposta, o meu nome continua sem aparecer, já tive de fazer uma nova minuta reclamando novamente da minha situação e agora, até quando terei de esperar??...

No ar ficam várias questões que, segundo parece, em nada preocupam o nosso Ministério que continua a garantir que tudo está bem, e que todos os erros foram solucionados.

Mas e eu? E tantos outros como eu?

Quem nos vai compensar de todos os problemas causados e que nos vão afectando não só a nível profissional e económico, como também em termos psicológicos?

Espero que situações como estas que são, quero crer, uma «pequena gota de água no oceano» não voltem a repetir-se. Somos profissionais da educação e por isso merecemos todo o respeito! E agora?!



Só mais uma...

■ Quem sou eu?!...

Antes de mais sou apenas um número a acrescentar a tantos outros numa lista infindável de números e códigos. Sou, também, mais um caso a acumular a muitos outros que fazem parte de um leque de azarados que viram os seus números de inscrição, neste último Concurso de Selecção e Recrutamento de Educadores de Infância e de Professores dos 1º, 2º e 3º CEB e do Ensino Secundário, serem excluídos sem justa causa.

Sou Educadora de Infância, chamo-

me Carla Couto e tirei a minha licenciatura em Educação de Infância na Escola Superior de Educação de Leiria, o qual terminei o ano passado (2003).

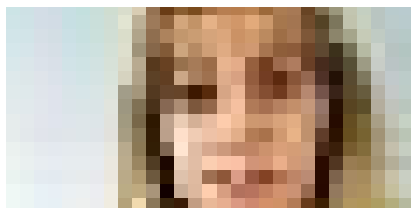
(Em Dezembro) Neste momento, sou apenas mais uma das muitas educadoras e professoras, espalhadas por todo o território português, que se encontram no desemprego.

No meu caso, nem direito a subsídio de desemprego tenho. Isto porque, no ano lectivo que passou, estive a trabalhar como educadora, numa instituição de ensino privado, a fazer um Estágio Profissional. Agora os colegas podem perguntar: “Porquê fazer um estágio profissional quando o estágio já foi efectuado aquando do decorrer do curso?” Pois, caros colegas, é uma opção que se toma quando se entra em desespero por estar em casa, já há alguns meses, sem que hajam outras esperanças de emprego. É claro que, para as entidades empregadoras, esta é uma opção bem lucrativa, uma vez que metade do nosso vencimento é pago pelo Centro de Emprego, para além de receberem um subsídio pelo facto de nos terem cedido trabalho. É obvio que, para nós profissionais, nada há de vantajoso. Estive a trabalhar mais de nove meses, sem que o tempo fosse contabilizado para tempo de serviço, sem direito a férias e claro, que no fim do contrato, sem direito a subsídio de desemprego. Isto faz-me pensar que país é este em que nos encontramos! Pois... bem-vindo a Portugal!!

Depois de me ter inscrito no Centro de Emprego de Leiria, consegui ser chamada para uma entrevista há algumas semanas atrás. Soube, há pouco, que consegui essa vaga para uma substituição de quatro meses, numa instituição de ensino privado que fica a vários quilómetros de casa. Mas, não havendo mais alternativas nesta altura do campeonato, há que aproveitar qualquer oportunidade que aparece!

E agora eu questiono-me: Que futuro nos espera? Que planos podemos nós fazer para o futuro, sendo tudo tão incerto para nós? Será que depois de quatro anos a tirar um curso, a gastar as poucas economias dos meus pais, e agora aos 24 anos, ainda vou precisar de depender da boa vontade deles? Penso que, infelizmente, estas são dúvidas partilhadas por muitos de nós professores.

Carla Couto



Excluída por erro de informação do Órgão de Gestão da Escola

■ Sandra Duarte, natural da Covilhã, licenciada em Línguas e Lit. Modernas - Est. Portug. na Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, professora profissionalizada no Grupo 8.º A, candidatou-se, em 2004-05, ao 1º Grupo do 2º Ciclo.

No anterior ano lectivo foi colocada, desde Setembro até Agosto, com um horário de 22h, na EBI da Torreira (Murtoza, Aveiro); porém, este ano lectivo verificou que fora excluída do Concurso de Selecção e Recrutamento de Educ. de Infância e de Professores dos 1º, 2º e 3º CEB e do Ens. Sec. A sua exclusão foi devida a não ter manifestado preferências no campo 7.1., pois a escola na qual entregou o boletim de candidatura afirmou que não poderia preencher o referido campo, uma vez que não possuía mais de 6 anos de tempo de serviço.

Com o apoio do SPRC, foi elaborado um Recurso Hierárquico em 9 de Setembro, mas sem resposta por parte do Ministério da Educação; daí um 2º Recurso Hierárquico em 7 de Outubro, contudo, e uma vez mais, sem efeito!!! Todavia, decorridos mais de 30 dias úteis sobre a recepção do mesmo, foi enviada uma Minuta, ao abrigo do Art. 61º do Código do Procedimento Administrativo; como era de esperar, sem qualquer resultado! (*Corria o mês de Dezembro*)

De realçar que foi anexado aos Recursos Hierárquicos, uma Declaração da escola a assumir a “culpa” pela má interpretação da Legislação.

Perante toda esta situação, é manifesto o desagrado em relação à incompetência do “Ministério da Educação”.

Sandra Duarte

CARTA ABERTA A CARMO SEABRA RESULTADOS DA AUDITORIA E DO INQUÉRITO, EXIGEM-SE!

■ Alegando que a “incompetência técnica e irresponsabilidade política de duas equipas do Ministério da Educação ao longo de todo o processo de concursos de educadores e professores” são a marca de água desta política educativa, a FENPROF escreveu uma Carta Aberta a Maria do Carmo Seabra. Tendo em conta que os prejuízos são irrecuperáveis para um elevadíssimo número de alunos e que o processo redundou num terrível pesadelo para milhares de docentes, muitos dos quais ainda hoje aguardam a resolução dos problemas criados, a FENPROF, no texto por si publicado e divulgado não se coíbe de referir a inadmissibilidade da não divulgação pública dos resultados da “instauração de uma auditoria externa para apuramento de responsabilidades políticas, técnicas e financeiras”.

Desta forma, o Ministério da Educação não só, em poucas horas, contradisse a declaração da chefia do governo, como veio afirmar que tratando-se de matéria que envolveria diversas entidades, seria melhor manter tudo no segredo dos deuses.

A FENPROF lembrou ainda que Maria do Carmo Seabra se comprometeu a informar a opinião pública, sossegá-la e a “apurar as responsabilidades sobre os problemas surgidos”, confirmando “a auditoria já em curso, informando que os resultados seriam conhecidos em Novembro e criando, ainda, “uma Comissão de Inquérito que, dentro dos mesmos prazos, deveria concluir sobre os novos erros e problemas que não paravam de surgir”, como refere a Carta Aberta da FENPROF.

Por tudo isto a FENPROF manifesta-se muito apreensiva com a forma como e quando decorrerá o próximo concurso de Professores (que deveria abrir já em Janeiro). O quadro legal foi apenas alterado



pontualmente pela equipa de Maria do Carmo Seabra, “que desencadeou mais um processo de revisão da legislação (a 2ª revisão de um diploma de 2003). As alterações foram aprovadas em Conselho de Ministros, antes da data que o Ministério da Educação havia fixado como limite para as negociações, não tendo sido introduzida qualquer proposta apresentada pela FENPROF em sede dita negocial pois, na verdade, não ocorreu qualquer negociação.”, refere a FENPROF.

Mais adiante, refere o documento que “A FENPROF estará muita atenta a esta nova etapa e exigirá o máximo rigor e transparência em todo o processo de concurso e colocação de docentes que vai iniciar-se. “

Tendo em conta o direito e o respeito que os professores têm e merecem de saber o que se passou com os concursos, a Federação exigiu que até à abertura do próximo momento de concurso seja conhecida toda a verdade e os responsáveis pela confusão e prejuízos causados. | LL

OS EDUCADORES DE INFÂNCIA MANTÊM VIVA A LUTA CONTRA O CALENDÁRIO ESCOLAR

A firmeza e a determinação dos Educadores de Infância na contestação a um calendário escolar específico para a educação pré-escolar, foi visível na forte participação destes docentes nas iniciativas de luta promovidas pelo SPRC. No total dos 4 dias de iniciativas, participaram 2918 Educadores de Infância de toda a região centro, número que só por si é revelador da força e persistência desta luta.

Nos dias 20, 21, 22 e 23 de Dezembro os Educadores de Infância marcaram a sua presença no Plenário e nos Encontros Distritais, demonstrando mais uma vez a recusa na imposição de um calendário escolar que lhes retira tempos e espaços para avaliação, sendo esta uma fase fundamental para a adequação e reformulação das estratégias de intervenção no processo ensino/aprendizagem e um factor essencial para a qualidade educativa da educação pré-escolar. Todos sabemos, porque o temos destacado diversas vezes, que a ocupação das crianças durante os tempos não lectivos, tem de ser assegurada pela componente de apoio à família, responsabilidade das autarquias, no que concerne à operacionalização do processo, tal como o estipulado no Protocolo de Cooperação que surge em 1998 precisamente para dotar os Jardins de Infância da rede pública do ME de resposta social às famílias.

O calendário escolar é o instrumento que determina e baliza os tempos de actividade lectiva sendo que, nos períodos de interrupção lectiva os docentes (educadores e professores) têm actividades não lectivas a efectuar (nomeadamente avaliações) e as crian-

ças iniciam um período designado por férias escolares. Contudo, quando se coloca a questão da resposta social às famílias, para a guarda das crianças nesses períodos, curiosamente apenas na Educação Pré-Escolar essa resposta está prevista (Lei Quadro da Educação Pré-Escolar e Protocolo de Cooperação ME/MSSS/ANMP) e mais curioso ainda é que o ME impõe, logo a este sector de educação, um calendário escolar diferente com o argumento de que "as crianças não podem ficar em casa". Tal só acontecerá, se não tiver sido previsto e accionado o funcionamento da componente de apoio à família...

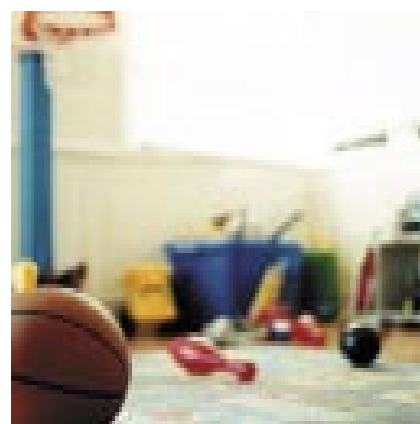
Por outro lado, em contexto de Agrupamento, é ainda mais evidente o desfasamento entre calendários escolares (pré-escolar e ensino básico) na medida em que os momentos de avaliação não são coincidentes. Prova disso é o facto de, cada vez mais, os Agrupamentos estarem a convocar os educadores de infância para reuniões de avaliação nos mesmos dias e horas dos restantes sectores de ensino. Esta realidade, pelos vistos já entendida pelos órgãos de gestão, é mais uma prova clara e evidente da incoerência da aplicação à educação pré-escolar de um calendário escolar diferente.

Esta luta legítima e conscientemente assumida pelos Educadores de Infância, tem de ser reforçada aquando das iniciativas que o SPRC promoverá nas interrupções da Páscoa. Esse será o momento de, num novo quadro político, com um novo Governo, em vésperas de ser publicado o calendário escolar 2005/06, reafirmarmos o nosso desacordo por políticas que continuem a discriminar e desvalorizar a educação pré-escolar e os seus profissionais.

Essas políticas, não se ficam apenas pela questão do calendário escolar. A defesa da rede pública de educação pré-escolar, a exigência da obrigatoriedade de frequência deste sector de educação, na consolidação de uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso à escola e a exigência de igualdade de tratamento no que se refere à avaliação na educação pré-escolar, serão, sem dúvida, questões prioritárias na valorização deste sector do sistema

educativo, definido em lei como sendo a primeira etapa da educação básica.

Margarida Fonseca
Coordenadora da Educação
Pré-Escolar



Campanha Nacional em defesa da rede pública de Educação Pré-Escolar

A FENPROF está a preparar uma campanha, a decorrer ao longo de 2005, para a qual está a desenvolver contactos de modo a estabelecer parcerias com outras entidades que conosco partilhem a defesa da escola pública e, especificamente, a defesa da rede pública de educação pré-escolar.

Esta campanha decorrerá em diversos momentos a agendar, marcados com iniciativas diversificadas, e terá o seu momento de arranque a **1 de Fevereiro** data em que se comemoram os **28 anos de criação da rede pública de educação pré-escolar**.

Brevemente será enviada informação sobre a programação das iniciativas em torno desta campanha. Contamos com a participação de todos na defesa da manutenção e alargamento da rede pública de jardins de infância.

IMPÕE-SE UM NOVO RUMO

■ No passado dia 27 de Dezembro de 2004, a propósito de uma reunião dos ministros da educação de 32 países europeus (nos quais se encontravam os 25 estados membros da U. E.) em Maastricht, o Diário de Notícias publicou uma notícia que dava nota de alguns números relacionados com a formação de adultos que, não constituindo propriamente uma surpresa, não deixam, também, por isso mesmo, de ser preocupantes: quase 80% da nossa população adulta entre os 25 e os 64 anos de idade possui apenas qualificações mínimas (9.º ano de escolaridade ou menos), isto ao mesmo tempo que se estima que apenas 15% dos novos empregos criados até 2010 poderão ser ocupados por gente nessa situação; os “restantes” 85% destinam-se a trabalhadores com ensino secundário – 40% — ou com ensino superior — 45%.

Os números são incontornáveis: volvidos que estão 30 anos após a revolução de Abril, não obstante o salto qualitativo dado de lá para cá, continua por ultrapassar o exasperante problema da baixa formação e qualificação dos portugueses, situação tanto mais grave quanto da melhoria do capital humano depende, em grande medida, o crescimento económico de um país.

Se é verdade que a interdependência entre a qualificação da população e o crescimento económico é reconhecida por todos, ela não tem sido assumida por aqueles que, ao longo de 30 anos, têm comandado os destinos do país. Pressionados ou não pelo grande poder económico, os sucessivos governos têm apostado numa política de baixos salários, perpetuando um vasto exército de trabalhadores menos qualificados e, por isso, vulneráveis e controláveis. Os números agora divulgados pelo DN espelham, pois, o rotundo falhanço das políticas praticadas pelos governos, pelo menos, desde que, em 1986, foi publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Efectivamente, apesar da LBSE consagrar o direito a uma “escolaridade de segunda oportunidade”, consubstanciada, sobretudo, no acesso ao ensino recorrente de adultos, tal direito está, como os números o demonstram, a anos-luz de se concretizar. O ensino recorrente, desde sempre insuficiente

na resposta que dele se pretendia por se traduzir num modelo único de aprendizagem, divorciado, portanto, da diversidade dos públicos alvo a que se dirige, foi ainda alvo de sucessivos ataques por parte dos últimos governos PSD-CDS/PP que, deliberadamente, tornaram o seu acesso ainda mais restrito. São exemplos disso mesmo a imposição da impossibilidade de frequência desta imprescindível modalidade de ensino de jovens trabalhadores com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, o encerramento de cursos nocturnos em dezenas de escolas e, mais recentemente, a aprovação de uma revisão curricular do ensino recorrente que, entre outras alterações, vai no sentido de ampliar a carga horária dos alunos a um nível absolutamente in comportável.

Os números divulgados pelo DN demonstram também que, a par de um combate efectivo ao insucesso e abandono escolares, só uma aposta forte na educação de adultos que contraste radicalmente com o rumo que tem sido dado ao ensino recorrente – pilar básico da educação e formação ao longo da vida – pode inverter a situação com que nos confrontamos. É este o combate, que o recente alargamento da UE a países sem os nossos défices de formação apenas tornou mais urgente travar – e ganhar! – que se revela absolutamente decisivo para a efectiva recuperação da frágil situação económica em que nos encontramos.

A continuidade das políticas que vêm sendo praticadas, nelas incluídas a venda de património do estado, as constantes privatizações dos serviços públicos ou o ataque aos direitos dos trabalhadores, não só não ultrapassará o momento delicado que atravessamos como o agravará. Só a ruptura com essas políticas poderá, pois, colocar-nos na rota do sucesso. Cabe a cada um de nós a responsabilidade de expressar a vontade da mudança que urge assumir. Assim o saibamos fazer no dia 20 de Fevereiro próximo.

Vítor Godinho
Coordenador dos 2.º e 3.º CEB
e Ensino Secundário

Portugal falha metas na formação de adultos

DN, 27/12/2004

Para alcançar os objectivos estabelecidos pela União Europeia (UE) em matéria de educação e formação, Portugal teria de melhorar as qualificações de pelo menos 3,1 milhões de adultos até 2010. Uma meta que o Governo reconhece ser impossível, mas que seria necessária para o País estar à altura do compromisso - assumido há três anos pelo Conselho Europeu de Lisboa - de tornar a UE na «economia baseada no conhecimento mais competitiva do mundo». Reunidos este mês em Maastricht, os 25 reiteraram esse compromisso e estabeleceram como prioridade a aposta na formação dos 80 milhões de europeus que não têm mais do que as qualificações mínimas.

Ora, para suplantar os seus competidores directos neste indicador (ver gráfico), a UE terá pelo menos de igualar os Estados Unidos, reduzindo de 32% para 13% a população adulta que vive limitada a essas qualificações mínimas (equivalente ao 9.º ano ou menos). Transposto para Portugal, o objectivo revela-se impraticável, pois quase 78% da população entre os 25 e os 64 anos se encontra nessa situação. Contas feitas, há 4,3 milhões de portugueses sem as qualificações necessárias - e não poderia haver mais de 1,2 milhões.

Um problema tanto mais grave quanto as estimativas apresentadas em Maastricht mostram que apenas 15% dos novos empregos criados na UE até 2010 poderão ser ocupados por gente com qualificações mínimas. Pelo contrário, 45% do mercado de trabalho emergente será reservado a trabalhadores com formação superior e os restantes 40% exigirão ensino secundário ou formação equivalente. O mesmo é dizer que 85% desse mercado estará vedado a quase 80% da população adulta portuguesa.

Da mesma forma, a UE estima que, para superar a concorrência, terá de duplicar a população altamente qualificada. No universo dos 25, significa elevar a formação a 48 milhões de pessoas. A quota- -parte portuguesa, feitos os cálculos, implicaria que 690 mil pessoas adquirissem uma licenciatura ou formação equivalente até 2010. (...)

PARTICULAR E COOPERATIVO E IPSS 2004 FOI RICO EM PERIPÉCIAS

■ O ano de 2004 foi rico em peripécias no que respeita à contratação colectiva nos sub-sectores do Ensino Particular e Cooperativo e das IPSS's.

De facto, quando nos primeiros meses do ano negociávamos, com a AEEP, a introdução de antigas reivindicações no CCT a troco de exigências, por parte da entidade patronal, da introdução do ano zero (0), a exemplo do que aconteceu no público, um Sindicato de Professores (sem qualquer expressão) surge a assinar, não o ano zero, mas sim três anos zero, passe a expressão. E isto, sem qualquer contrapartida quer na carreira, em termos de redução de número de anos de permanência nos variados índices, quer no clausulado do CCT, como, por exemplo, no horário de trabalho, na actividade sindical, na formação contínua,...., etc.

Mais não nos restou que recorrer à intervenção do Ministério do Trabalho para, em reuniões de conciliação, “obrigar” a entidade patronal a concluir as negociações connosco, o que só veio a

acontecer no final do ano lectivo, com a introdução de quatro novas alíneas que, de algum modo, conseguiram minimizar os perversos efeitos do acordo com a referida agremiação que de sindicato nada tem.

Quanto às negociações com a CNIS — Confederação que substituiu a ex-União das IPSS's — o caricato aconteceu. De facto, depois de acordada e divulgada por ambas as partes, eis senão quando a CNIS vem dar o dito por não dito e faz nova divulgação pelas IPSS's dizendo que as tabelas que ela própria elaborou deixava agora de as subscrever!

Nunca esperamos poder vir a assistir a um golpe de teatro desta envergadura. Desconfiamos que anda por aqui mão de algum poder diocesano descontente com a obrigatoriedade de algumas das suas IPSS terem que vir a cumprir aquilo a que moralmente já estão obrigadas: o pagamento do vencimento das educadoras dessas instituições com as verbas que recebem, na íntegra, do M.E., para o efeito.

Em nome da solidariedade muita injustiça se tem praticado, ou seja, o mesmo é dizer que, praticar a solidariedade com o dinheiro dos outros, é fácil!

Evidentemente o SPRC não irá ficar parado: tudo faremos para repor a justiça. Recorreremos à conciliação, através do M.T., para obrigar a CNIS a concluir aquilo que já tinha concluído. É verdade que a conjuntura político-governamental não é a melhor para esse efeito. No entanto, não desistiremos de impedir o mais possível o atraso na publicação das referidas tabelas no Boletim do Trabalho e Emprego.

Esperamos que este ano que já se iniciou seja isento destas peripécias, que se verifique mais boa vontade por parte destas entidades, para que possamos vir a verificar, de facto.

Um Bom Ano!

António Caldeira

Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo

FISCALIDADE

CGTP-IN RECLAMA DOS PARTIDOS POLÍTICOS PROPOSTAS CLARAS EM MATÉRIA FISCAL

■ Várias questões da política fiscal têm merecido, ultimamente, tratamento nos meios de comunicação social. (...) Há aspectos para cuja clarificação a CGTP-IN quer contribuir e outros que gostaria de ver esclarecidos por quem tem esse dever.

Para começar, a CGTP-IN considera inaceitável qualquer aumento dos impostos indirectos, particularmente do IVA. A posição da CGTP-IN acerca deste imposto é conhecida, pois, desde que o IVA passou para 19%, tem reivindicado junto dos governos e da Assembleia da República a reposição da taxa máxima de 17%, bem como a diminuição do IVA em muitos bens essenciais, designadamente de muitos medicamentos.

Portugal é, entre os países da U.E., aquele cujos cidadãos estão sujeitos à maior carga fiscal indirecta. Além disso, os impostos indirectos são socialmente injustos, pois atingem indiscriminadamente quem tem muito e quem tem pouco, penalizando mais, naturalmente, as pessoas com mais baixos rendimentos. Querer que sejam os cidadãos economicamente mais débeis a compen-

sar os benefícios fiscais concedidos a outros com mais rendimentos é injustiça clamorosa.

Na discussão a que temos assistido, não deixa de ser significativo que tanto o PSD como o PS continuem sem dizer claramente aos Portugueses como é que pensam gerar mais receitas para o Estado, como tencionam alargar a base tributária e, ao mesmo tempo, que medidas preconizam para combater eficazmente a fraude e a evasão fiscais que envolvem quem mais riqueza tem e grupos profissionais determinados. É escandaloso que, em Portugal, 60% das empresas não paguem IRC e que a receita proveniente deste imposto seja cada vez mais baixa e tenha uma taxa efectiva de liquidação inferior a 30%, e nada se diga.

É igualmente escandaloso que não se faça cruzamento de dados, por forma a que, perante sinais exteriores de riqueza, se afira os verdadeiros rendimentos dos contribuintes que não declaram, tudo o que ganham, nem se

diga o que será feito em para garantir uma cobrança completa do IRS, que regista um nível de fraude e evasão da ordem dos 25%.

Para a CGTP-IN, a política fiscal é fundamental para poder diminuir as desigualdades no nosso país. É importante, por isso, que os partidos políticos se pronunciem sobre um conjunto de matérias essenciais, tais como:

- Indicadores de base técnico-científica para cálculo do lucro tributável para vários sectores de actividade mais permeáveis à fraude e evasão fiscais;
- Eliminação do sigilo bancário, permitindo o acesso responsável da Administração Fiscal às contas dos contribuintes faltosos;
- Revisão dos benefícios fiscais, mantendo-se apenas aqueles que tenham justificação económica e social, eliminando os benefícios às empresas, zonas francas, ao sistema financeiro e outros.

Lisboa, 2005-01-04
CGTP-IN

A PROPÓSITO DAS RECENTES ORIENTAÇÕES SOBRE A RECONFIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O ESTREITO CAMINHO PARA BOLONHA

■ O nosso país comprometeu-se com a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior através da subscrição da Declaração de Bolonha em 1999.

No entanto, essa adesão ao processo de Bolonha tem sido lenta, pouco convicta e acrítica. Para tal terão contribuído as debilidades das políticas educativas de sucessivos governos, como também o insuficiente conhecimento da maioria dos docentes, estudantes e instituições de um processo aparentemente alheio e pré-determinado no seu desenlace.

Porém, face ao atraso relativo do nosso país na concretização deste processo, em Junho, a Ministra do Ensino da Ciência, Inovação e Ensino Superior, anunciou um calendário para as diversas fases até 2010 e nomeou vinte e três coordenadores, correspondentes a outras tantas áreas de conhecimento, com a missão de definirem as competências genéricas e específicas de cada formação, os perfis profissionais e os modelos de formação mais adequados para as respectivas áreas.

De acordo com este calendário de acções, o primeiro trabalho deste grupo devia ter sido apresentado até 30 de Setembro, a caracterização geral dos cursos seria anunciada até 31 de Outubro, os objectivos e a inserção dos Cursos de Especialização no sistema seriam apresentados até 30 de Novembro e após um período de debate público, em Abril seria apresentada a reconfiguração geral futura do nosso sistema de Ensino Superior, que começaria a ser concretizado, a título experimental, no próximo ano lectivo de 2004/2005 e se estenderia até 2010.

Porém, no final de Setembro, a ministra revelou publicamente as suas orientações para o processo através do documento "Reforma do Sistema do Ensino Superior - Orientação para Harmonização de Estruturas de Formação no Âmbito do Processo de Bolonha" e que impôs ao grupo de personalidades nomeadas.

Com esta inesperada iniciativa a ministra baralhou o calendário anunciado e alterou os princípios metodológicos de trabalho uma vez que apresentou uma proposta praticamente concluída. De acordo com ela,

- Haverá 3 ciclos de formação;
- O primeiro ciclo terá a duração de 3 anos e denomina-se Licenciatura (só

haverá excepções nas áreas em que houver Directivas Europeias que recomendem outra duração, como Medicina, Arquitectura e Veterinária); - O segundo ciclo será de 2 anos e denomina-se Mestrado;

- O terceiro terá pelo menos 3 anos e denomina-se Doutoramento;

- O Governo apenas financiará o primeiro ciclo (salvo nos casos em que o "exercício pleno da profissão" exigir mais do que os 3 anos do primeiro ciclo).

Sistema de Ensino Superior Europeu

Vem a propósito lembrar aqui as palavras de um dos portugueses que, tal como o representante da FENPROF e autor deste texto, estiveram em Bolonha a propósito Declaração e que foram proferidas na Abertura Solene deste ano lectivo na Universidade de Lisboa, o Professor José Barata Moura:

"No quadro actual — de cosmética retrógrada, de provincianismo vanguardista, de confusão extensiva e de «orientações» precipitadas — talvez seja tempestivo recordar alguns pontos:

a) O 1º ciclo, tal como resulta da declaração de Bolonha, entende-se como o primeiro patamar de conclusão de uma formação inicial determinada, eventualmente profissionalizante;

b) O 2º e 3º ciclos são níveis de pós-graduação, pelo que o 2º ciclo não é a segunda parte desse primeiro patamar (com o qual ele apenas se completa), mas um novo percurso de formação avançada, prosseguida, ou não, numa mesma área de especialidade;

c) A pergunta determinante para a definição do conteúdo e creditação do 1º ciclo é, pois: o que se encara como necessário, em termos de ensino e aprendizagem, para se atingir com solidez e boa qualidade uma formação básica na área do saber x e/ou conferindo o título profissional y?

Só a partir da resposta fundamentada a esta questão é legítimo estabelecer que a duração do 1º ciclo numa área determinada do saber será de 3,4 e 5 anos."

As mudanças associadas à criação de um Sistema Universitário e de Ensino Superior Europeu, o chamado processo de Bolonha, poderiam constituir uma oportunidade para melhorar a qualifi-

cação dos nossos diplomados e estimular formas de cooperação científica e profissional, procedendo à necessária harmonização para a mobilidade.

Um propósito mercantilista

Porém, estas intenções claras de uniformização e segmentação forçadas em ciclos, denunciam antes um propósito economicista para diminuir a participação do Estado no financiamento do Ensino Superior público e comportam ainda outros perigos e ameaças.

Por um lado, aos de menores recursos económicos não serão acessíveis o segundo e o terceiro ciclos que terão custos acrescidos de propinas, estratificando assim de forma classista os níveis de Ensino Superior. Por outro lado, o sub-financiamento público força as universidades a mercantilizarem as suas actividades para superar as suas dificuldades financeiras. Assim, abre-se a porta à "legitimação" da entrada em cena de empresas privadas com fins lucrativos que vendem serviços de ensino e de formação. Hoje, inúmeras empresas europeias e extra-europeias promovem activamente os seus produtos "educativos" em solo europeu, frequentemente em associação com entidades já estabelecidas, confundindo colaboração ou cooperação com subcontratação ou franchising. Ora a uniformização e segmentação em ciclos curtos favorece este processo.

O processo de Bolonha necessita da participação dos docentes e das associações e sociedades profissionais na sua concepção e aplicação, precisa de recursos para as inovações curriculares e metodológicas propostas, deve criar um regime de acesso flexível e de mobilidade inter e intra institucional para os estudantes e de promover a autonomia institucional e a suficiência de recursos para a exercer.

A experiência da FENPROF tem mostrado que, com a participação dos docentes e das instituições, é possível inverter processos e tendências em direcções e por objectivos que pareciam inicialmente distantes.

É preciso ousar e lutar!

Nuno Ferreira Rilo
Coordenador do Ensino Superior



ENCONTRO EM VISEU

O MUNDO RURAL PODE TER FUTURO “É TUDO UMA QUESTÃO DE SENSIBILIDADE POLÍTICA...”

Não é aceitável que crianças dos primeiros quatro anos de escolaridade sejam obrigadas a passar duas horas (ou mais) em transportes, devido ao encerramento das escolas das suas comunidades de origem. Nalguns casos, como por exemplo em Montemuro, fechar escolas com menos de 11 alunos significa fechar todos os estabelecimentos de ensino do 1º CEB desta zona...

■ O alerta foi lançado no Encontro Regional **“A Escola em Meio Rural”**, realizado no passado mês de Dezembro no auditório da Igreja Nova, em Viseu, por iniciativa da Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português (ARP) e do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC).

O encontro, introduzido por Sónia Alves, do SPRC, foi enriquecido por um diversificado conjunto de intervenções em dois painéis de debate, revelando experiências, preocupações, análises, propostas e reflexões individuais e

colectivas, apresentadas por dirigentes sindicais e associativos, investigadores, cidadãos ligados ao meio rural, membros da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), educadores e professores, eleitos do Poder Local, entre outros.

Destacando que **o meio rural tem futuro com outras políticas sociais, económicas e culturais**, rentabilizando de forma harmoniosa o seu património e as suas múltiplas potencialidades naturais, o encontro de Viseu organizou o debate em torno de dois eixos temáticos: por um lado, “o desenvolvimento integrado/desertificação” e, por outro lado, a “educação e ruralidade”.

Paulo Peralta, dirigente do SPRC e director da revista “Ruralidades”; João Dinis, da ARP; Luís Garra, da União dos Sindicatos de Castelo Branco/CGTP-IN; Rui D’Espiney, do Instituto das Comunidades Educativas; e Maria Salette Dias, da CNA, apresentaram as suas comunicações do primeiro painel, moderado por Manuel Rodrigues. Helena Arcanjo, dirigente do SPRC; António Rochette, docente do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra; Ana Paula Santos, coordenadora da Carta Educativa de Manteigas; e Francisco Almeida, dirigente do SPRC, falaram no segundo painel do encontro, moderado por Margarida Fonseca.

Palavras de esperança

Mário Nogueira, coordenador da Direcção do SPRC e membro do Secre-

tariado Nacional da FENPROF, encerrou os trabalhos, sublinhando pormenores das intervenções apresentadas ao longo do encontro e também a necessidade de uma nova política educativa para o País, pela qual a FENPROF e os seus sindicatos têm lutado com firmeza, unindo esforços e vontades e alertando toda a sociedade.

Recorde-se que em 1992, as questões do ensino em meio rural levaram o SPRC a realizar um encontro (**Vencer o Isolamento**), concluindo-se, passados 12 anos, que o poder político pouco ou nada fez para inverter a situação das comunidades rurais, marcada pela desertificação social e pelo envelhecimento da população.

Uma palavra de esperança acabou por sobressair das intervenções deste encontro regional, como sucedeu com a do investigador Rui D’Espiney: É possível valorizar, reconstruir e dar uma nova etapa de vida ao mundo rural português e aqui a escola, como “porta para o desenvolvimento social”, deverá desempenhar um papel fundamental.

Como diria um dos participantes em conversa com a reportagem do RCI, “É tudo uma questão de sensibilidade política e de vontade na construção de um verdadeiro projecto de desenvolvimento nacional, que compreenda e estimule as potencialidades do mundo rural”.

José Paulo Oliveira
Jornalista



DEFENDER O MUNDO RURAL PORTUGUÊS

■ Paulo Peralta (SPRC):

“O isolamento das populações e a reestruturação da rede escolar implicam uma intervenção integrada, multidisciplinar e transversal”.

“É na partilha e na solidariedade que poderemos edificar valores e estruturas sólidas, que permitirão o respeito pela universalidade da diferença”, sublinhou Paulo Peralta, da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), membro da Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português e director da revista “Ruralidades”, ao intervir no Encontro de Dezembro.

Paulo Peralta recordou os objectivos do seminário “*Vencer o Isolamento*”, realizado em Maio de 1993, também em Viseu, apontando a actualidade das preocupações levadas a essa iniciativa, há 12 anos atrás. Na altura, foram abordadas “três grandes questões”:

Como combater o isolamento e a desertificação de largas regiões do País e que contributos pode a Escola dar nesse domínio?

Que princípios devem sustentar a reorganização da rede escolar nas zonas mais isoladas tendo em conta as taxas de natalidade e os movimentos pendulares das populações?

Onde e como incentivar os educadores e os professores a fixarem-se nas zonas desfavorecidas, criando elos mais profundos de ordem cultural e profissional com as populações?

“Passados todos estes anos de maturação e construção da reflexão em

torno da temática, continuamos convictos de que a resolução de questões como o isolamento das populações e reestruturação da rede escolar implicam uma intervenção integrada, multidisciplinar e transversal”, observou Paulo Peralta.

Estar no terreno, ouvir as populações

O dirigente sindical salientou, noutra passagem, que o desafio lançado pelo SPRC e pela ARP é “abordar a problemática do isolamento e do encerramento de escolas/reestruturação da rede escolar, não como algo susceptível de ser equacionado em gabinete por burocratas administrativos, munidos de máquina calculadora, mas antes com um sentido objectivo, estando no terreno, discutindo com as populações e com os profissionais da educação, permitindo-nos diagnosticar problemas e definir orientações”.

“Torna-se fundamental”, realçou Paulo Peralta, “que os governos assumam políticas globais de desenvolvimento e não se centrem apenas em factores de crescimento económico”, acrescentando ainda:

“Acreditamos ser possível construir uma sociedade mais justa, solidária e democrática, onde mesmo as regiões mais excêntricas possam ter escolas que sirvam convenientemente as populações escolares, desenvolvendo uma educação integradora e promotora da cidadania”.

“O discurso do poder político sobre o 1º Ciclo do Ensino Básico, nos últimos anos, não acrescentou, na prática, nada de significativo na vida das escolas, dos alunos e dos professores. Podemos mesmo dizer que o 1º CEB tem sido esquecido...”

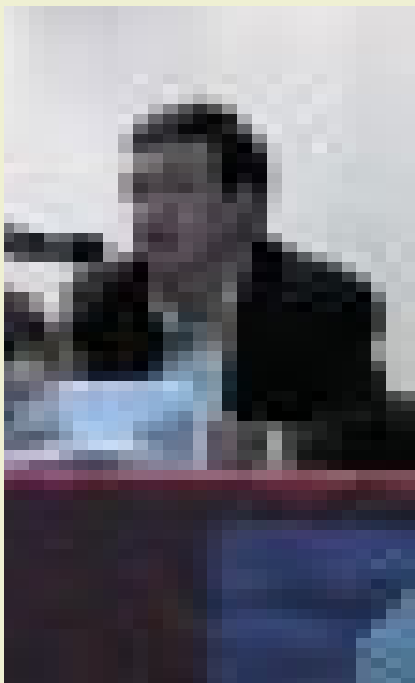
(Francisco Almeida, SPRC)



“Sem agricultura familiar não há mundo rural. Com o desaparecimento das pequenas explorações agrícolas familiares, outras actividades desaparecem também (...) A agricultura de tipo familiar está sujeita ao rolo compressor da Política Agrícola Comum (PAC). Quem comanda o sistema a nível internacional nem são tanto os decisores políticos, mas sim os representantes das grandes multinacionais e dos grandes lobbies do sector agro-alimentar.”

(João Dinis, ARP)

O PODER TEM DESTRUÍDO AS ESTRUTURAS PRODUTIVAS DO INTERIOR



■ **Luís Garra, da União dos Sindicatos de Castelo Branco/CGTP-IN:**

“É urgente um verdadeiro Plano Integrado de Desenvolvimento do País que combata as assimetrias e a perda populacional do interior”.

“A regionalização por que pugnamos assume-se como uma questão estratégica de grande alcance no combate às desigualdades regionais, na concretização dum desenvolvimento autêntico, consubstanciado no crescimento económico mas também no combate às injustiças e às desigualdades, na preservação dos recursos ambientais, da cultura e do ensino e que pode e deve mobilizar as populações para o desenvolvimento, sobretudo se for acompanhado da transferência de recursos financeiros significativos, que permitam dar uma base efectiva a esse processo de mobilização para o desenvolvimento.”

As palavras são de **Luís Pereira Garra**, da União dos Sindicatos de Castelo Branco/CGTP-IN e foram proferidas no decorrer do primeiro painel (*Desenvolvimento Integrado/Desertificação*) do Encontro.

“A melhoria do bem-estar da população, a participação na tomada de decisões, a democracia e a sustentabilidade do desenvolvimento no longo prazo são questões centrais do desenvol-

vimento, sempre numa perspectiva de que o Homem é o seu principal destinatário”, lembrou o dirigente sindical.

“Assim”, acrescentou, “não é de admirar que a nova concepção do desenvolvimento, partilhada pelas Nações Unidas, tenha como fim supremo o indivíduo e como objectivo o seu bem-estar económico, social e cultural, a melhoria do acesso aos bens e serviços, o reforço da liberdade de escolha, a vivência democrática, as possibilidades crescentes de participação na tomada de decisões relativas ao seu próprio destino e ao sistema económico e social onde se insere.”

Como observou Luís Garra, “o desenvolvimento económico, social e humano terá de se preocupar não apenas com a satisfação das necessidades essenciais mas, também, com a implementação de um processo dinâmico de participação dos agentes económicos e sociais, isto é, da população em geral, das empresas, das organizações patronais e sindicais, das instituições públicas, etc.”

“As políticas económicas e sociais de cariz neo-liberal centralizador”, alertou o convidado do Encontro Regional “A Escola em Meio Rural”, “estão a levar à debilitação e à destruição das estruturas produtivas do interior que, associadas à ausência de uma verdadeira política de salvaguarda da produção agrícola regional, assim como ao processo de concentração da Administração Pública, tem contribuído para a marginalização e para a perda populacional do mundo rural, com consequências negativas para os centros urbanos do interior e para uma pressão insustentável sobre o litoral”.

As consequências da política de direita

Fazendo o ponto da situação nas regiões do interior, o sindicalista referiu a dado passo:

“A agricultura não se modernizou, as florestas continuaram a arder e a diversificação das actividades económicas não se verificou. A situação de mono-indústria de vários concelhos não se esbateu e onde tal aconteceu foi em resultado de uma diminuição da actividade económica em geral.”

E mais adiante:

“Quando administrativa-mente mandam fechar escolas do 1º CEB não têm o cuidado de ver as consequências sociais... Recusamos soluções administrativas de formato único. As crianças e as famílias não podem ser vítimas de lógicas economicistas que têm vindo a ser afirmadas.”

(Sónia Alves, SPRC)

●
“Há que olhar para o mundo rural também pelas riquezas que possui, tanto na área do património cultural e natural, como na área das potencialidades económicas, que existem, sem dúvida, mas que precisam de ser estimuladas”

(Rui D' Espiney, ICE)

●
“A FENPROF entende que o encerramento de pequenas escolas e a consequente concentração de crianças em estabelecimentos de ensino de dimensão maior é um processo muito complexo ou mesmo desaconselhável em algumas regiões do País e exige do Governo a abertura de um efectivo diálogo negocial com os diversos parceiros sociais, ao invés da política cega de encerramento administrativo das escolas com menos de onze alunos”

(da Resolução do VIII Congresso Nacional dos Professores)

“O desemprego real e estrutural continua elevado e com tendência para aumentar. A população continua a diminuir e a envelhecer e a juventude a abandonar o interior – fecho de escolas e diminuição de alunos. Os salários médios estão abaixo da média nacional e o poder de compra é dos mais baixos do País. Os equipamentos sociais e os meios humanos para a saúde, a segurança social, a educação e o ensino, a cultura, o desporto e os tempos livres são diminutos e abaixo da já por si baixa média nacional.”

Por outro lado, “as acessibilidades e vias de comunicação andam a passo de caracol e, ainda por cima, pretendiam alargar as portagens.”

“As políticas económicas e sociais de cariz neo-liberal centralizador”, alertou o convidado do Encontro Regional “A Escola em Meio Rural”, “estão a levar à debilitação e à destruição das estruturas produtivas do interior que, associadas à ausência de uma verdadeira política de salvaguarda da produção agrícola regional, assim como ao processo de concentração da Administração Pública, tem contribuído para a marginalização e para a perda populacional do mundo rural, com consequências negativas para os centros urbanos do interior e para uma pressão insustentável sobre o litoral.

Para o sindicalista “também negativas têm sido a desarticulação, a descoordenação e a forma desigual como se tem processado a distribuição dos fundos comunitários. Com efeito, porque os fundos não são efectivamente regionalizados, o interior do País não tem recebido os fundos comunitários necessários ao seu desenvolvimento, negando-se assim a prática de solidariedade nacional para com as regiões mais deprimidas.”

“Num quadro de enormes fragilidades e de concorrência acrescida era necessário tomar medidas por antecipação para podermos enfrentar com êxito as consequências das políticas da UE e das alterações às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) que, quase de certeza, se iriam reflectir negativamente na estrutura produtiva e, em particular, nos sectores da agricultura, do têxtil e das confecções, pilares económicos e sociais das regiões do interior”, lembrou.

A ameaça de mais desemprego em 2005

“Tudo isto poderá ainda ser mais grave se tivermos em conta que os relatórios da UE nos dizem que a liberalização do comércio mundial em 2005 poderá ter como consequência a perda anual de 120 mil postos de trabalho,



sendo o sector de vestuário o que será mais atingido”, alertou Luís Garra.

“Um modelo de desenvolvimento que despreza o todo nacional, deprimindo o interior e pressionando o litoral e cuja matriz são os baixos salários, a desregulamentação, a falta de investimento na educação, na formação e na qualificação, o desprezo pela inovação e pela investigação científica e técnica, haveria de ter como consequências a destruição do aparelho produtivo, das empresas e dos seus postos de trabalho e a intensificação da perda populacional de pequenos concelhos e de freguesias rurais dos concelhos mais populosos”, destacou o dirigente da União dos Sindicatos de Castelo Branco.

Não vale a pena iludir a realidade: “A situação económica e social no País e, em particular, no interior é muito grave e está traduzida no encerramento de empresas, no aumento do desemprego e dos salários em atraso e na acentuação dos factores de precupação quanto ao futuro de um significativo número de empresas que apresentam vários estrangulamentos.”

“Diga-se contudo”, prosseguiu o sindicalista, “que alguns dos encerramentos e falências configuram uma actuação premeditada de lançamento de trabalhadores no desemprego para, mais tarde, reabrirem com outro nome e beneficiarem dos apoios do Estado à criação de postos de trabalho. Ou seja, ficam a dever a trabalhadores, à segurança social, ao fisco e a fornecedores, ganhando, assim, em “dois carrinhos”...

“Só o estado deprimente do interior, o abandono precoce do trabalho – que influi num número significativo de reformados novos — e a permanente ocultação do desemprego real é que explicam a propagandeada redução do desemprego. A continuar-se com estas

políticas que atiram as pessoas para fora – emigração e litoralização – tanto podemos chegar a uma situação de pleno emprego como a uma situação de falta de mão-de-obra qualificada”, observou o dirigente sindical.

É possível e é necessário outro rumo

“Temos de mudar de mentalidades. É preciso aplicar um novo paradigma do exercício do poder a todos os níveis: central, regional e local”, sublinhou Luís Garra, que afirmaria a este propósito:

“Hoje, para se pensar, projectar e concretizar o desenvolvimento do interior e do mundo rural é indispensável ir para além do pequeno espaço da nossa região. É necessário ter uma visão de conjunto que privilegie inevitavelmente sinergias, vontades, potencialidades, parcerias e complementaridades. As lógicas de quintal, do poder bacoco e balofo, dos pequenos e grandes caciques e tiranetes locais são inimigas do desenvolvimento sustentável.”

“O interior não se desenvolve a pagar subsídios de desemprego para as pessoas ficarem em casa”, mas sim com empresas e trabalhadores a produzir e a criar riqueza”, observou o dirigente sindical de Castelo Branco.

Para o movimento sindical, “a estabilidade e a promoção do emprego, o direito ao trabalho e o combate ao desemprego e à precariedade constituem um factor de progresso e desenvolvimento das regiões rurais e são condições essenciais para a efectivação dos demais direitos dos trabalhadores”.

Luís Garra deixou então no auditório da Igreja Nova algumas das propostas defendidas pela CGTP-IN e pelo movimento sindical, no quadro das políticas macroeconómicas centradas no emprego:

- O crescimento económico, a trava-

gem do encerramento das empresas instaladas e a defesa dos postos de trabalho existentes;

- O estímulo ao investimento público e privado;

- A dinamização da procura interna através do crescimento dos salários reais, de uma mais justa e equilibrada repartição dos rendimentos e do aumento do poder de compra das pensões de reforma;

Depois de sublinhar que é preciso democratizar a distribuição do rendimento dentro das empresas, das regiões, do País e da União Europeia, o responsável sindical observou:

“Há que aplicar políticas que promovam a diversificação das actividades económicas e a instalação de novas empresas que criem novos postos de trabalho com direitos” e é necessário, também, “manter a aplicação de medidas conjunturais de alargamento e protecção social aos desempregados, contribuindo, assim, para diminuir as dificuldades económicas e financeiras que atingem um largo número de desempregados de longa duração”, situação que afecta com particular incidência as regiões do interior do País.

Por outro lado, há que “assegurar a qualificação profissional, a formação inicial e a formação contínua dos trabal-

hadores como investimento estratégico por parte das empresas e das regiões através de políticas de ensino, formação e emprego que garantam um generalizado acesso à formação inicial e contínua e combatam as concepções e práticas de polivalência desqualificante”.

O caminho a seguir é “a implementação de um **Plano Integrado de Desenvolvimento** do País que tenha como parâmetros fundamentais o combate às assimetrias e à perda populacional do interior e um necessário investimento no âmbito do desenvolvimento regional.”

A defesa e a modernização dos serviços públicos

“A Administração Pública é o suporte essencial do sistema democrático e do papel insubstituível que lhe é conferido na consolidação da democracia e no processo de desenvolvimento”, realçou Luís Garra, que comentaria depois as consequências das privatizações *a torto e a direito*, impostas pela política de direita:

“O que está em causa é o desaparecimento progressivo de um Estado solidário em que todos contribuam para o bem comum, pagando para que o Estado (entidade que não se rege pelo

objectivo do lucro) preste um conjunto de serviços à comunidade.

“Com as privatizações, o cidadão continua a contribuir para o Estado mas os serviços por ele prestados anteriormente transitaram para entidades que perseguem o lucro, o que, quer através da *desuniversalização* dos serviços, quer pelas alterações na sua qualidade, quer ainda através de novos pagamentos dos mesmos serviços, acaba por penalizar ainda mais a bolsa dos cidadãos”, particularmente dos trabalhadores e das populações mais carenciadas.

E concluiu Luís Garra:

“Com as privatizações, à medida que o Estado vai reduzindo o seu papel interventor e regulador da sociedade, as tensões e as desigualdades sociais no acesso a bens e serviços essenciais acentuam-se cada vez mais; por outro lado, a progressiva redução do Estado tendencialmente a um mero papel licenciador, vigilante e policial é, certamente, um *mau negócio* para qualquer cidadão.”

CARTAS EDUCATIVAS ... UM NAIPE FORA DO BARALHO

■ As escolas fantasma, esvaziadas de meninos - e até de alma - proliferam, hoje mais do que nunca, um pouco por todo lado, com especial incidência nas regiões do interior. Os edifícios escolares que têm vindo a encerrar a uma velocidade impressionante na última década (em especial no 1º Ciclo), espelham não apenas o progressivo envelhecimento da população portuguesa e os baixos índices de natalidade como a falta de políticas que promovam o desenvolvimento sustentado das diferentes regiões. Dados recentes (INE: Censos, 2001) demonstram que o Alentejo é a região do país com maior índice de envelhecimento¹ -163- precedida pelas regiões Centro e Algarve com 130 e 128, respectivamente (refira-se que a média nacional cifra-se em 102). É apenas no Norte e nas Regiões Autónomas que se mantém uma proporção de jovens superior à dos idosos. No caso da região

Centro, entre 1991 e 2001 a população idosa² aumentou de 18,5% para 19,4%; este dado é tão mais preocupante se tivermos em conta que o índice de sustentabilidade potencial³ desta região é de apenas de 3,4.

Não obstante a recente entrada no país de população com nacionalidade estrangeira, mais jovem do que a global (esta população mais que duplicou entre os dois recenseamentos, representando já 2% da população nacional), tal fenómeno não é suficiente para contrariar o efeito da longevidade, apenas servindo para atenuar ou esconder um país a envelhecer.

O cenário aqui retratado a traço largo, relativo à evolução da estrutura da população residente em Portugal, tem consequências directas e indirectas na população escolar e em todas as estruturas a que a ela estão ligadas; porém, não tem sido apenas este factor

que tem gerado a diminuição brutal do número de alunos no sistema educativo e o progressivo encerramento de escolas. A desertificação assustadora e quase alucinante de muitos concelhos, provocada não apenas pelos baixos índices de natalidade, mas sobretudo pela reduzida empregabilidade, falta de infra-estruturas (saúde, serviços, acessibilidades, ofertas culturais, etc) têm tido efeitos devastadores, ainda que localizados, ao nível da rede escolar. Embora os efeitos da desertificação se façam sentir com particular acutilância no 1º CEB, hoje assistimos já ao encerramento de jardins de infância, no momento em que a taxa de cobertura nacional está situada apenas nos 73%, e ao encerramento de algumas escolas secundárias quando persiste neste nível de ensino uma reduzida taxa líquida de escolarização, de apenas 53%, alimentada por taxas de abandono escolar⁴,



saída antecipada⁵ e saída precoce ainda elevadas⁶.

Em virtude da progressiva diminuição de alunos⁷ e o conseqüente encerramento de escolas se colocar com maior acuidade no 1º CEB, o actual governo aprovou em 2001 o Programa Especial de Reordenamento - PER.EB1-para este sector de ensino, no qual reconhecia que através da desertificação das aldeias “aprofundam-se as desigualdades sociais, as assimetrias regionais, numa espiral a que não tem sido posto travão”. A esta constatação mais que evidente, o Governo também reconheceu que “o isolamento, o estado de degradação das instalações, a falta de espaços e equipamentos necessários ao sucesso das aprendizagens, a inexistência de refeitórios, bibliotecas ou ginásios, (...)Estas condições de funcionamento são o principal factor de atraso e de bloqueio social e cultural das novas gerações que habitam o interior do país. São gerações sem qualidade de educação, são jovens sem futuro. (...)Por isso, a única solução passa por oferecer melhores condições de ensino, refeições e programas de ocupação de tempos livres, transportes escolares mais regulares e mais seguros”⁸. Face às soluções apontadas relativas ao negro diagnóstico traçado pelo próprio governo em 2001, sobre as quais estamos inteiramente de acordo, está quase tudo por fazer! Passados mais de 3 anos, não existe nenhum balanço do impacto de aplicação deste programa, como mais grave que isso, ele não foi sequer aplicado à Região Centro onde existem actualmente 29,5% de escolas com menos de 11 alunos⁹, sendo que este dado atinge valores preocupantes nos distritos da Guarda (55,7%), Viseu (40,4%) e Castelo

Branco com (32,0%). Para além desta situação, nos últimos 2 anos encerraram 325 escolas do 1º Ciclo.

Perante a crueza destes números, o Governo e o ME mostraram a sua mais profunda demagogia, não só porque a esta região não foi contemplada pelo PER.EB1 mas também porque não foram, entretanto, introduzidas medidas de política de desenvolvimento sustentado nos distritos desta região, de forma a travar a tal espiral de desertificação. Em vez disso, este governo assistiu impavidamente ao encerramento de muitas unidades fabris, ao despedimento de milhares de trabalhadores, à deslocalização de postos de trabalho para o litoral ou para outros países,

No entender deste governo, a requalificação do parque escolar do 1º ciclo passa, de todo em todo, pela elaboração das Cartas Educativas, constituindo-se estas, no seu entender, “um instrumento fundamental de planeamento (...) que deverá ter como princípios orientadores: a optimização da rede escolar e a sua adequação á dinâmica social e desenvolvimento local; a definição de prioridades de intervenção e a optimização de recursos afectos á educação”.

Dois anos passados após a publicação da legislação que criou os Conselhos Municipais de Educação e Carta Educativa (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro) o balanço que fazemos é de um rotundo fracasso nesta matéria. Em muitos municípios não foram ainda sequer constituídos os Conselhos Municipais de Educação, ou existindo, não se lhes conhece resultados significativos e de valia para a qualificação da escola pública; no caso das Cartas Educativas, sendo estas um instrumento de planeamento de médio e longo prazo da

rede escolar, são muito poucas as que existem aprovadas.

Nesta matéria, como infelizmente noutras áreas da educação, este Governo revelou grau zero ao nível da eficiência e eficácia das medidas que foi lançando ao longo da actual legislatura.

O próximo governo, que resultar das eleições de 20 de Fevereiro, terá que arregaçar as mangas e encontrar soluções de qualidade para reorganizar e requalificar a rede escolar. Não precisamos de mais diagnósticos, esses há muito que estão traçados. O que falta mesmo fazer é agir para transformar. Este é o desafio que se coloca ao próximo governo e a quem vier a ocupar a pasta da educação.

Helena Arcanjo
Coordenadora do 1º Ciclo
do Ensino Básico

1. Índice de envelhecimento = número de idosos por cada 100 jovens

2. Pirâmide etária, Portugal e Centro, 2001. A partir dos 60 anos a proporção da população desta região é superior à do total do país, com um envelhecimento muito pronunciado, bem expressa na média de idades: 39,9 anos e 42,7 nas mulheres.

3. Em Portugal, para cada idoso existiam 4 indivíduos em idade activa (15-64). Este indicador sobe para 5 indivíduos nas regiões menos envelhecidas ou com maior proporção de população potencial activa, como é o caso de Lisboa.

4. Taxa de abandono escolar - Total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

5. Taxa de saída antecipada - Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

6. Taxa de saída precoce - Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

7. No ano lectivo 2001-2002, existiam 29,1% de estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico (2420), com uma frequência inferior a 11 alunos. PER.EB1, ME, 2001.

BREVES DO ENCONTRO

Apenas umas migalhas para os pequenos agricultores

Como sublinhou

João Dinis (ARP), no debate de Viseu, “em Portugal não pode haver desenvolvimento rural sem o aumento da produção agrícola familiar, sem melhores preços à produção, sem os devidos e justos apoios às explorações agrícolas familiares”.

Enquanto menos de 2 mil grandes proprietários absentistas, sem ligações à produção e ao trabalho na agricultura, recebem 50 milhões de contos, para milhares de pequenos agricultores “vão apenas umas migalhas”... É tempo de acabar com estas injustiças.

A escola pequena pode socializar

“Quando se fala de desertificação do mundo rural não estamos a falar apenas da diminuição da população. Há outros factores associados. Há uma crise social que está presente”, sublinhou **Rui D’Espiney** no encontro regional do SPRC e da ARP.

Depois de recordar “a grande sangria dos anos sessenta”, em que “numa década saiu dos campos um milhão de pessoas”, o responsável do Instituto das Comunidades Educativas (ICE) falou das consequências da reestruturação da propriedade agrícola, da reconversão das actividades rurais e das necessidades da indústria, do crescente consumo das cidades, das políticas de comercialização e do papel dos intermediários, salientando que “as mexidas profundas no mundo rural não estiveram no seu centro” – “são factores exteriores ao mundo rural”.

O investigador falou também das consequências da desertificação, alertando, por exemplo, para a redução da capacidade de mobilização social e da capacidade política das comunidades locais.

Rui D’Espiney comentou, noutra passagem, que “a escola primária antiga tinha muitos alunos mas era, essencialmente, uma escola fechada”. Hoje, obrigar as crianças a sair da escola da sua comunidade de origem pode ser “uma violência”. Muitas crianças, assim, “não têm êxito escolar, não socializam”.

“A escola pequena socializa se for aberta, construída em contacto com a comunidade”, observou.

“Temos escolas com cinco crianças, que raramente estão sós com o profes-



sor. Têm lá gente, têm lá famílias; assim, transformam-se em espaço social. Depois temos também escolas rurais ligadas em cadeia”, realçou.

Por outro lado, “há escolas de cidade, com 20 turmas, que não interagem, em que cada turma é uma escola...”.

Cartas Educativas

Planeamento e Cartas Educativas também estiveram em foco no encontro regional de Viseu, tanto nas intervenções de alguns dirigentes sindicais (caso de Francisco Almeida), como de investigadores e colaboradores do Poder Local, casos de **António Rochette Cordeiro** (Universidade de Coimbra) e **Ana Paula Santos** (CM de Manteigas).

“Do acto legislativo à concretização de uma Carta dinâmica”, foi o tema desenvolvido pelo docente do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, dando o exemplo concreto do município da Figueira da Foz, em que tem trabalhado, coordenando um grupo de jovens colaboradores.

O Dr. António Rochette falou da “utilização de um sistema de informação geográfico como plataforma de interligação entre as diferentes bases de dados”. A caracterização física do território, a análise demográfica, a rede de acessibilidades e transportes, a evolução da construção e a evolução do ensino pré-escolar, básico e secundário e suas implicações ao nível das instalações escolares, são elementos presentes na Carta Educativa do Concelho da Figueira da Foz.

“É um estudo que se pode actualizar, rentabilizar e consultar com facilidade”, sublinhou o docente universitário.

Sobre a realidade educativa de “um pequeno concelho”, com “uma realidade muito diferente da Figueira da Foz”, falou Ana Paula Santos, que destacou a importância da Carta Educativa como “instrumento fundamental de planeamento”, com incidência muito forte no conhecimento da realidade educativa actual e na resposta aos desafios do futuro.

“O dinheiro europeu para a agricultura portuguesa está muito mal distribuído. A situação dos agricultores é parecida com a dos professores: andamos aos trambolhões com esta política...”

(*Maria Salette Dias, CNA*)

“A vertente solidária, bandeira maior de qualquer estrutura sindical, levou o SPRC, em 1994, a assumir-se como membro fundador da ARP, fazendo desde então parte dos seus órgãos e direcção executiva. Esta Aliança tem a particularidade, possivelmente única, de coordenar estruturas tão diversificadas como ambientalistas, agricultores, autarcas, ecologistas e sindicalistas, entre outros.”

(*Paulo Peralta, SPRC e*

JPO

Os dados do quadro anterior são em euros PPC (Paridade Poder de Compra), ou seja, são euros por habitante em que o Eurostat já eliminou o efeito da diferença de preços que se verificam entre os países. E as conclusões que imediatamente se tiram são as seguintes.

Entre 1995 e 2004, o PIB por habitante aumentou em Portugal apenas 5.210 euros, pois passou de 11.110 euros para 16.320 euros, enquanto a média dos 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004, cresceu 7.320 euros por habitante, pois passou de 16.820 euros para 24.140 euros. Portanto, neste período (1995-2004) Portugal atrasou-se em termos de desenvolvimento económico relativamente à média da União Europeia.

Se a comparação for feita incluindo os 10 países do leste europeu que entraram para a União Europeia em Maio de 2004 - a UE25 países - o atraso de Portugal continua a verificar-se. Assim, entre 1995 e 2004, o PIB por habitante aumentou em Portugal 5.210 euros, enquanto a média dos 25 países da U.E. cresceu 7.000 euros, pois passou de 15.100 euros para 22.100 euros.

Se dividirmos o período analisado por governos em funções nessa altura em Portugal - PS e PSD/PP - as conclusões a que se chegam são as seguintes:

Entre 1995 e 2001, período em que governou o PS, o PIB por habitante aumentou em Portugal 4.710 euros, enquanto a média dos 15 países da União Europeia cresceu 5.580 euros, e a dos 25 países da União Europeia, portanto incluindo os 10 que entraram em Maio de 2004, aumentou 5.200 euros; ou seja, durante o período em que esteve em funções o governo PS o PIB por habitante médio da União Europeia, quer UE15 quer UE25, em euros PPC (euros Paridades de Poder de compra) cresceu mais do que em Portugal, portanto já com o governo PS o ritmo de crescimento económico reduziu-se e Portugal começou a divergir da média comunitária acentuando-se, desta forma, o atraso de Portugal em relação à União Europeia.

Mas foi com o governo PSD/PP que o atraso verificado no desenvolvimento do nosso País foi maior. Assim, em três anos apenas (2001 - 2004) de governo PSD/PP, o PIB por habitante, a que se eliminou os efeitos das diferenças de preços entre países, ou seja em euros PPC, cresceu em Portugal apenas 500 euros, enquanto a média dos 15 países da União Europeia aumentou 1.800 euros (portanto, mais do triplo), e a dos 25 países da União Europeia cresceu 1.740 euros (também mais do triplo).

Como mostram os dados do **quadro I**, a Grécia que se encontrava atrás de

Portugal até 2001, embora já com um ritmo de crescimento superior ao de Portugal (entre 1997 e 2001, o PIB por habitante da Grécia aumentou 4.060 euros enquanto o de Portugal cresceu apenas 3.330 euros por habitante); repetindo, a Grécia que se encontrava atrás de Portugal até 2001, ultrapassou o nosso País entre 2001 e 2004, pois neste período o seu PIB por habitante cresceu 2.970 euros PPC enquanto o de Portugal aumentou apenas 500 euros.

Um informação recente divulgada pelo Eurostat já em Dezembro de 2004 - "Stastiques en bref", nº 53/2004 - confirma as conclusões anteriores. Dessa publicação copiou-se um gráfico, pois ele mostra com clareza a posição de Portugal em relação aos 25 países da União Europeia assim como a sua evolução entre 2002 e 2003. Para facilitar a sua leitura interessa ter presente o seguinte:

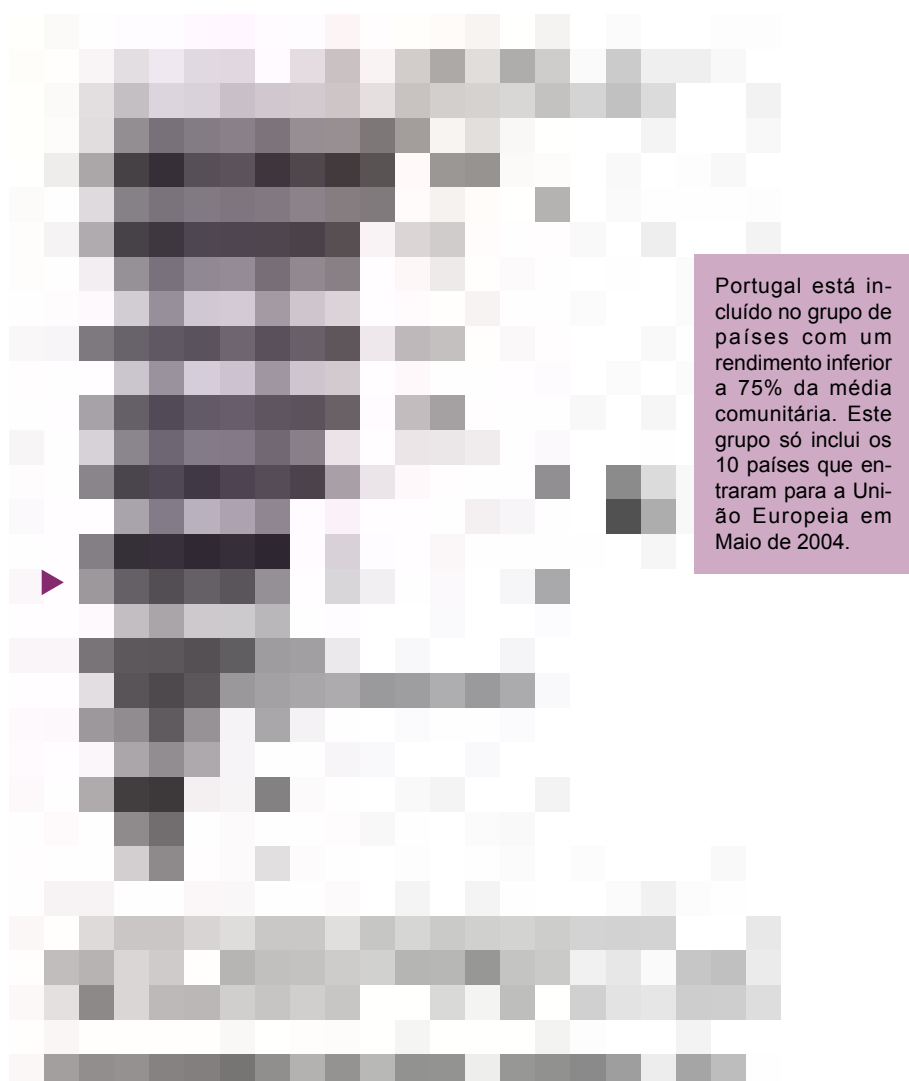
(1) As barras referentes a Portugal são aquelas que na 1ª coluna têm à sua esquerda as letras PT (existe uma seta a indicar o nosso País) ;

(2) Os números à direita das barras correspondem à percentagem que o PIB por habitante de cada país corresponde

ao PIB médio da União Europeia dos 25 países: - o que está dentro de parêntesis refere-se ao ano de 2002, e o que está fora ao ano de 2003 (Portugal como mostra o gráfico está no grupo de países que entraram para a União Europeia em Maio de 2004, tendo o seu valor, entre 2002 e 2003, baixado de 77 para 74).

Como mostra o gráfico que consta desta página, Portugal, em termos de desenvolvimento económico, devido ao seu atraso crescente, já não integra o grupo dos 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004, mas faz parte, sim, do grupo dos 10 países que entraram em Maio de 2004. É este o mais grave problema que o nosso País tem, com consequências económicas e sociais extremamente graves, que o discurso oficial de tudo reduzir ao défice orçamental encobre, e que é importante identificar as suas verdadeiras causas, que não é o défice para as poder combater. Mas vamos deixar isso para próximos estudos

Eugénio Rosa (Economista)
9 de Janeiro de 2004





Conclusões deste estudo

As conclusões mais importantes deste estudo são as seguintes:

1 O problema mais grave que enfrenta Portugal neste momento não é o problema do défice orçamental como o pensamento económico dominante, para não dizer mesmo pensamento económico único porque só ele é que se consegue expressar nos media, e o discurso oficial pretendem fazer crer, embora o problema das finanças públicas seja importante. O problema do défice é apenas a consequência, a ponta do "iceberg", de uma crise económica e social muito mais profunda que se vem a manifestar há vários anos e que agora é mais violenta por isso é mais visível, como provam os dados do Eurostat constantes do QUADRO I.

2 Entre 1995 e 2004, o PIB por habitante em PPC (Paridades Poder de Compra) aumentou em Portugal apenas 5.210 euros, pois passou de 11.110 euros para 16.320 euros, enquanto a média dos 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004, cresceu 7.320 euros por habitante, pois passou de 16.820 euros para 24.140 euros.

3 Se dividirmos a evolução por períodos e governos concluímos o seguinte: - Entre 1995 e 2001, portanto com governos PS, o PIB por habitante aumentou em Portugal 4.710 euros PPC, enquanto a média dos 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004 aumentou 5.580 euros, e a média da UE25 cresceu 5.200 euros, portanto aumentos superiores ao verificado em Portugal. No período 2001-2004, portanto, com governos PSD/PP, o PIB por habitante aumentou em Portugal apenas 500 euros PPC, enquanto a média dos 15 países da União Europeia cresceu 1.800 euros PPC, e a média na UE25 aumentou 1.740 euros (mais do triplo do aumento verificado em Portugal).

4 A Grécia, que até 2001 estava atrás de Portugal, como o seu PIB por habitante aumentou, entre 2001 e 2004, 2.970 euros PPC, ultrapassou o nosso País, passando Portugal a ocupar o último lugar entre os 15 países que constituíam a União Europeia até Maio de 2004, ou melhor, passou a fazer parte do grupo que entrou em Maio de 2004 (QUADRO I).

5 Neste Momento, Portugal com os países que entraram para União Europeia em Maio de 2004 formam o grupo dos países mais atrasados da UE25, com o PIB por habitante inferior a 75% da média comunitária, tendo Portugal descido, entre 2002 e 2003, de 77% do PIB comunitário para apenas 74% (Ver gráfico).

6 Fica assim claro que o problema mais grave que enfrenta Portugal neste momento não é o problema do défice orçamental como o discurso oficial ou o pensamento económico único pretendem fazer crer, mas sim o problema de crescimento económico, cujas verdadeiras causas é urgente identificar para assim se poder definir objectivos, estratégicas e políticas claras para os portugueses visando recuperar o atraso crescente do País.



Camaleão apresenta:

O SONHO DO JARDIM

Teatro para a infância

Num jardim extraordinário, uma velha senhora, Vó Framboesa, espera os netos. Quer oferecer-lhes algo que seja excepcional e simples ao mesmo tempo... Tem uma ideia — vai contar-lhes como funciona a natureza, o seu jardim...

Aparece então a Senhora Lúcia, uma toupeira que é amiga de Vó Framboesa. Esta conta-lhe a sua ideia... A toupeira concorda em fazer-lhe companhia ao longo de uma estranha viagem...

Descem abaixo de terra, a casa da Senhora Lúcia, e discutem o crescimento das raízes e dos tubérculos que se vêem no tecto, e que são os mesmos vegetais que crescem no jardim de Vó Framboesa.

No fim da viagem, Vó Framboesa já pode voltar para dentro de casa — está feito! — e os seus netos estão mesmo a chegar...

• Espectáculos para escolas de 1 a 28 de Fevereiro de 2005, de 2ª a 6ª feira, pelas 10h30m e pelas 15h no Teatro do Inatel, em Coimbra (junto à estação ferroviária Coimbra A). Reserva prévia necessária para o telefone nº 239 800 438

• Espectáculos para o público em geral dias 4, 18 e 25 de Fevereiro, pelas 21h30m, no Teatro do Inatel, em Coimbra. Sócios do SPRC ou do

Texto: Daniel Simon | Encenação: José Geraldo | Cenografia: Zenel Laci | Interpretação: Helena Faria e Hugo Gama | Produção: Camaleão - Associação Cultural, Coimbra, 2005

CAMALEÃO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL

Rua de S. Teotónio, 56 - 3º • 3000-377 Coimbra
Telefone: 239 482 128 / 917 055 375
E-mail: camaleao-mail@netcabo.pt

Espectáculo apoiado pelo:


MINISTÉRIO DA CULTURA

 Instituto das Artes

O GOVERNO QUIS ACABAR COM A ESCOLA INCLUSIVA... MAS, GRAÇAS À LUTA DOS PROFESSORES, AINDA NÃO FOI DESTA...



Por duas vezes, tentou o Governo da maioria PSD/PP liquidar as bases da Escola Inclusiva que, apesar da escassez de recursos, hoje temos. Em 2003 e 2004, através de dois projectos de diploma legislativo e de uma proposta de Lei de Bases da Educação, o Governo tornou clara a sua intenção de afastar da Escola Pública milhares de alunos com necessidades educativas especiais, deixando-os à mercê da lógica lucrativa dos colégios de educação especial ou, pura e simplesmente, empurrando-os para a marginalidade de um sistema, cada vez mais selectivo.

■ Por duas vezes, tentou... por duas vezes, os professores (conjuntamente com os Sindicatos da FENPROF) fizeram frustrar estes intentos. Razão bastante para a satisfação que, certamente, sentem os professores e seus Sindicatos que, como é o caso do SPRC, se envolveram e determinaram o sentido desta luta.

De facto, ao longo dos últimos três anos, o Governo da maioria PSD/PP desferiu profundos golpes nos direitos dos trabalhadores (entre os quais os trabalhadores docentes) e no regime democrático (Código do Trabalho, Reforma da Administração Pública, reduções salariais, novo modelo de concursos, imposição de Agrupamentos Verticais, reduções no subsídio por doença, alteração do regime de aposentação, imposição de um novo calendário escolar à Educação Pré-Escolar, etc) e, sempre que o SPRC e a FENPROF apontavam o caminho da luta como forma de resistência a esta política educativa lá apareciam, aqui e além, os apelos à acomodação e ao conformismo social (“não vale a pena, eles têm a maioria, fazem o que quiserem...”), como se a realidade se acantonasse a uma espécie de fatalismo histórico e permanecesse indiferente e imutável perante a acção dos agentes sociais.

Não foi, felizmente, essa a postura do SPRC e da FENPROF, que sempre

acreditaram ser possível travar, interromper e inverter os rumos da política educativa no nosso País. Muitas foram as acções decididas (reuniões, encontros e assembleias de professores, delegados e dirigentes sindicais; petições e abaixo-assinados; Fórum em defesa da Escola Pública e Marcha pela Educação; concentrações, desfiles e manifestações; greves e vigílias; protestos, denúncias e reclamações; diligências junto de Órgãos de Soberania; elaboração de propostas e pareceres; realização de feiras do desemprego, etc, etc). Grande foi, igualmente, a participação dos docentes nestas acções. De tal modo

que, a interrupção da nefasta acção deste Governo, apesar dos profundos estragos que deixa na nossa profissão, no nosso sistema educativo e no nosso país se ficou a dever à nossa luta, no vasto conjunto das lutas mais gerais dos trabalhadores portugueses. Mas é de relevar também que, na área da Educação, mesmo no quadro desta maioria, pela nossa luta, foi possível interromper projectos de clara orientação negativa (a proposta de Lei de Bases da Educação, a proposta de Reforma da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo, a revisão do ECD, a institucionalização de uma gestão profissional para as Escolas/Agrupamentos, a aplicação generalizada do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública, a privatização de parte significativa do nosso Sistema Educativo, a total mercantilização dos bens e serviços educativos).

Valeu, portanto, a pena lutar.

Graças à nossa luta, este ME/Governo sofreu uma grande derrota.

A ver vamos se, em 20 de Fevereiro, à derrota deste ME/Governo corresponde a derrota desta política educativa.

Mas, isso depende também de nós.

Manuel Rodrigues

DIA DE CONVÍVIO E ACÇÃO SINDICAL MIRANDA DO CORVO

■ Já lá vai algum tempo mas, no dia 14 de Outubro cinco dezenas de pessoas fizeram boa camaradagem e recordaram tempos passados. Tivemos um óptimo acolhimento na escola profissional de Semide. Um elemento do quadro de professores daquela escola levou-nos às diferentes salas onde ficámos a saber como os alunos são preparados para a vida profissional, aprendendo a fazer as mais diferentes tarefas.

Depois, o Convento, foi para nós uma agradável surpresa tanto pela sua sumptuosidade como pela riqueza dos dourados e antiguidade das imagens que o mesmo guarda. Contámos com a gentileza do sacristão do Convento que nos contou a história de cada um dos seus recantos.

Mas, outra surpresa nos esperava — O Santuário do Senhor da Serra — templo muito antigo com grande história e donde se vislumbra uma agradável panorâmica para Coimbra. O muro que rodeia o santuário tem

azulejos com as cenas dos milagres do Senhor da Serra e, dentro do templo que é também muito rico, há um recanto, onde estão descritos os milagres que os pacientes alcançaram e onde deixaram por isso, o seu testemunho.

Foi aí que recolhemos as quadras populares que a seguir transcrevemos por acharmos muito típicas, e populares da Romaria do Senhor da Serra (nos exactos termos do que pode ser aí lido).

*Foste ao Senhor da Serra
Nem um anel me troveste
Nem os moiros da moirama
Faziam o que tu fazeste*

*Ao Senhor da Serra vai
Jente de quatro nações
Cavaleiros e foneças
correias e sacristões*

*Foste ao Senhor da Serra
Minha linda Mariquinhas
Nem ao menos de troveste*

Um ramo de camarinhas

Almoçámos nas Louçainhas, local aprazível junto ao Dueça, onde vale a pena passar uns momentos de lazer.

Estivemos em Almalaguês, a fim de apreciarmos os teares antigos onde se confeccionam os tapetes e colchas artesanais.

Quanto à parte sindical, António Caldeira, em representação da Direcção manifestou grande preocupação por o Governo não ser capaz de resolver os problemas dos que se encontram sem colocação ou estão mal posicionados.

Alertou os colegas que se aposentaram entre 1992 e 1997 que têm direito a receber diferenças em dinheiro que o Estado lhes deve, do tempo que trabalharam até ao final do ano lectivo em que pediram a aposentação.

Maria Antónia

Departamento de Aposentados

TEMPO DE REFLEXÃO

■ Passada a época do Natal e Ano Novo, há que fazer o balanço do ano que findou. Deve ser um balanço a todos os níveis: na família, nas mais variadas actividades da vida do país e também na política. Temos de reconhecer todos, mas mesmo todos, que 2004 foi um ano com um saldo negativo e para esquecer ou, pelo menos, para corrigir o que de mais nefasto fizeram aos portugueses. Não vamos aqui fazer críticas e dar oportunidade aos apoiantes da maioria de direita, que nestes quase três anos nos (des)governou ou, como queiram, tão pessimamente nos governou, de referirem que somos profetas da desgraça. Também esses apoiantes da maioria de direita sentem, no emprego/desemprego e nos seus lares, as dificuldades enormes que os seus governos causaram ao povo português. Ninguém acredita que, na sua intimidade, diga-se lares, nos seus grupos de amigos, não comentem, não critiquem o desnorte dos governos de Barroso/Santana. A crise em que mergulharam o país afecta todos os portugueses.

Resta-nos, neste final de ciclo de governação, que o povo, que não dorme, saiba separar o trigo do joio em

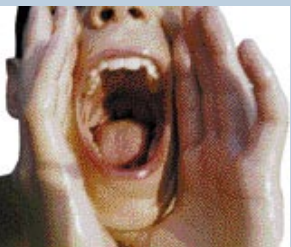
20 de Fevereiro próximo. Espera-se que, ao votar, se escolha quem forme um governo que faça as reformas necessárias, que reduza ou acabe drasticamente com o desemprego, que reponha a justiça social, que defenda os mais desfavorecidos, enfim, que governe bem o país e não ao sabor das classes/claques que o apoiaram, como sucedeu nos últimos dois anos e meio.

A desorientação da governação da direita no poder foi tal que Durão, que já não controlava a sua equipa, preferiu subir mais um degrau para a sua promoção pessoal, a bater com o punho na mesa e meter ordem no governo. Com a nomeação de Santana, o pior estava para vir, pois nunca conseguiu sair da “incubadora” e o “bebé” nunca chegou a adulto. A maturidade nunca chegou à governação. Os conflitos sucederam-se em todas as actividades. Os ministros são protagonistas de polémicas que foram capitalizando sempre em desfavor do Governo, até que o Presidente da República emendou a mão da nomeação de Santana, disse basta e mandou-os para casa marcando eleições para Fevereiro.

A toda esta situação os professores não podem ficar alheios. Também nós sofremos na pele com o desnorte. São os concursos, com os resultados e as

polémicas que todos os portugueses conheceram; são os aumentos que não chegam; são as escolas – locais de trabalho – que pouco atractivas são para alunos e professores; é a insegurança de emprego nos professores; é a situação dos professores obrigados a chegar à reforma muito mais tarde do que esperavam... A tudo isto, quem no governo tutela a Educação, leia-se Maria do Carmo Seabra, tem o desplante de declarar não achar interessante ir à sede da nossa Democracia, a Assembleia da República, dar conta dos resultados das auditorias ao malogrado processo de concursos de professores para 2004/05. Quis passar uma esponja pelos danos materiais e morais que foram causados a dezenas de milhar de professores. A todas as irregularidades cometidas e lesivas dos concursos, a FENPROF e os seus Sindicatos chamaram a atenção. O Governo, metido na concha da sua arrogância, a todas as advertências disse não.

A nós professores resta-nos desejar-lhes (aos actuais governantes) que, em 20 de Fevereiro, se vão embora e que nos deixem em paz. **Que o mal que fizeram ao povo, na governa-**



TEM A PALAVRA

VOTAR NAS POLÍTICAS DE ESQUERDA

Tivemos todos a oportunidade única de assistir a descaradas políticas que nos empurraram para um ambiente pejado de determinações exclusivamente financeiras e de dependência comercial, em direcção à transformação da força do trabalho em mera mercadoria.

Somos, certamente, capazes de reconhecer práticas deste tipo nos governos que nos têm governado. No entanto, foi, nos últimos anos, transposta a linha de trânsito para um sistema de assunção absoluta do lucro como único móbil da gestão da Coisa Pública, com sujeição inequívoca a um número reduzido de indivíduos que detêm quase tudo. Com efeito, foram sendo criadas as condições para que alguns achem justo enriquecer porque aumentaram o capital investido, criando empresas produtivas. Todavia não é honestamente que se alcança um nível de vida principesco. É que a riqueza só aumenta porque muitos deram o seu melhor para isso acontecer, mas não viram, certamente, repartido, de forma justa e honesta, o lucro resultante da produção de que foram força.

Assiste-se, efectivamente ao percurso da lei do mercado a ser injectada sem analgésico. No entanto, essa é uma lógica de monopólios avessa à solidariedade social, de intervenção diversa, pois esta é contrária a qualquer tipo de depredação - se tenho um saco de sementes e peço auxílio para o plantar, certamente que não posso achar-me no direito de apenas distribuir em remuneração e condições de trabalho, aos que produziram, um terço ou até metade do que alcancei. É desleal entender-se um aumento salarial em função de outro critério que não seja o de divisão da riqueza o mais justa e menos abissal possível. Não pode o trabalhador produzir horas intermináveis



para o patrão poder passar férias na Austrália e aquele nem sequer ter para a farmácia, o talho, ou mesmo o cinema ou um espectáculo teatral.

Ficou claro quais são as pretensões dos que, agora, largaram os desmandos da governação. O sr. P.P. diz querer “um projecto liberalizador, mas com preocupações sociais”, acabando por denunciar que o bem estar social é incompatível com políticas liberais. Contudo, adoçar a contrariedade das suas intenções (as pessoas) é sempre uma boa rasteira, barata e comovente. Estará, então, preparado para caçar o voto necessário à perpetuação da angústia que a aliança Santana /Portas lançou sobre os trabalhadores. Das causas deste estado, foram testemunhas conscientes os professores e educadores que viram piorar a sua condição económica; sofreram com a enorme instabilidade criada por um regime de quadros e concursos perverso, ficando, ainda, impedidos de uma merecida aposentação após anos de trabalho. Viveram, além disso, sob a sombra de uma Lei de Bases da Educação que escarraria no princípio das relações democráticas. Vislumbraram também uma avaliação de desempenho que ceifaria perspectivas formativas e assumiria a discricionariedade autocrática.

Rui Rio dizia que “não é saudável para a economia do país haver tantas eleições”, numa atrevida boutade que revela a ligeireza com que se fala do exercício formal de democracia. Trata-se, obviamente de um exercício

demagógico, mas cheio de calculismo, suportado no discurso arquitectado no primado das finanças. Este assume como prioritário o investimento na reprodução da concentração de capital, pretendendo criar a falsa ideia de que dele resultará emprego. Trata-se, indubitavelmente, de um logro que necessita de ser combatido. Se de Salazar se dizia que teve os cofres cheios, nunca dessa abastança resultou qualquer benefício para todos os que trabalham e, necessariamente, para o país.

Todos vimos, todos presenciámos e muitos foram os que procuraram contrariar o fito da direita que tem ocupado a governação deste país. As lutas, que constituíram, obviamente, um enorme contributo para a derrota da coligação, resultaram da constatação das condições de vida dos docentes e de todos os trabalhadores, de forma lúcida e objectiva. De facto, “não é a consciência dos homens que determina a sua existência; é, pelo contrário, a sua existência social que determina a sua consciência.” (Karl Marx, Contribuição para a Crítica da Economia Política). Por isso, há que assumir a necessidade de políticas de esquerda, de atitudes progressistas que entendam o país como um espaço capaz de promover o bem estar social, com efectiva igualdade de oportunidades. Assim, na hora do voto, lá votaremos para mudar as moscas e o resto.

Vitor Januário

ESCOLAS PARA ÁFRICA

A FUNDAÇÃO NELSON MANDELA E A UNICEF ANUNCIAM CAMPANHA INTERNACIONAL PARA A EDUCAÇÃO

Cidade do Cabo, 6 de Dezembro de 2004

A Nelson Mandela Foundation, a UNICEF e a Hamburg Society for the Promotion of Democracy and International Law, lançaram uma campanha internacional intitulada “Escolas Amigas das Crianças para África”, que visa acelerar o acesso das crianças a uma educação básica de qualidade, especialmente para as raparigas, as crianças órfãs e vulneráveis em seis países africanos: Angola, Malawi, Moçambique, Ruanda, África do Sul e Zimbabué.

■ Para Nelson Mandela, Prémio Nobel da Paz e antigo Presidente da África do Sul, a campanha é um contributo significativo para a educação das crianças africanas e para aliviar a pobreza sobretudo nas comunidades rurais do continente. “Como é do conhecimento geral, a educação de todas as nossas crianças deve ser uma das prioridades mais urgentes”, a nenhuma criança em África, e aliás em qualquer lugar do mundo, deveria ser negado o acesso à educação. Sei que podemos alcançar este objectivo”, afirmou Nelson Mandela, por ocasião do lançamento da campanha conjunta na sede da Mandela Rhodes Foundation na Cidade do Cabo.

No programa de “Escolas Amigas-das-Crianças para África”, a UNICEF e a Nelson Mandela Foundation juntaram esforços para mobilizar aldeias e comunidades em África a fim de assumirem



a responsabilidade de garantir que as escolas construídas sejam “amigas das crianças”. Uma escola amiga-das-crianças serve melhor as suas necessidades educativas se adoptar uma metodologia de aprendizagem participativa e lhes garantir um ambiente seguro e protector. Estas escolas permitem que as crianças aprendam e brinquem em espaços adequados e com acesso a água potável e saneamento; são também sensíveis às questões de género, mantêm vínculos fortes com as comunidades circundantes e prestam serviços de apoio aos órfãos e outras crianças vulneráveis, afirma a UNICEF.

A campanha irá apoiar a construção e recuperação de escolas e o fornecimento de material educativo, bem como desenvolver acções de formação para professores e reforçar a administração e gestão das escolas.

Numa primeira etapa, as escolas “amigas-das-crianças” funcionarão como modelo nos seis países referidos. Em conjunto, a UNICEF e a Nelson Mandela Foundation lançam uma campanha internacional de angariação de fundos para apoiar este programa.

Na África sub-sariana cerca de 45 milhões de crianças não vão à escola, o que significa que uma em cada duas

crianças cresce por detrás de um muro invisível de ignorância, pobreza e discriminação.

“Nenhum outro investimento tem um efeito tão duradouro quanto a educação das crianças”, afirmou Per Engebak, Representante da UNICEF para a região da África Oriental e Austral. “As crianças que vão à escola são mais saudáveis, têm mais auto-confiança e podem mais facilmente vir a ter uma profissão. A educação é um dos instrumentos mais eficazes para a prevenção do VIH/SIDA”.

“O desenvolvimento das crianças de África deve ser uma preocupação partilhada por cada um de nós”, afirmou o armador Peter Kraemer, Presidente da Hamburg Society for the Promotion of Democracy and International Law, cujo avultado donativo proporcionou o arranque desta campanha.

Embora actualmente o número de crianças inscritas nas escolas esteja a aumentar em todo o mundo, as oportunidades de escolarização das crianças nos países da África sub-sariana estão a diminuir. Segundo as mais recentes estimativas da UNICEF, pelos menos 40 por cento dos rapazes e 44 por cento das raparigas nesta região não frequentam a escola primária.

Sobretudo nas áreas rurais, é insuficiente o número de escolas operacionais e professores com formação adequada. Mesmo que estejam inscritas, muitas crianças abandonam a escola ao fim de pouco tempo porque têm de trabalhar para ajudar ao sustento familiar. A ausência de instalações sanitárias diferenciadas é uma das razões pelas quais um grande número de raparigas não vai à escola.

O VIH e a SIDA reduzem ainda mais as oportunidades de escolarização de muitas crianças. São já cerca de 11 milhões as crianças que ficaram órfãs devido à doença nesta região. Se os pais adoecem, não estão em condições de trabalhar e precisam de assistência médica, deixam de poder ter os seus filhos na escola. As raparigas são particularmente sobrecarregadas, pois são elas que habitualmente cuidam dos pais doentes e, muitas vezes, dos irmãos mais novos, o que as impede de frequentar a escola. Sem instrução, as crianças órfãs de SIDA não podem assegurar a sua subsistência, tornando-se presas fáceis de todos os tipos de exploração.

Um sonho para África

A UNICEF e a Nelson Mandela Foundation juntaram esforços para a concretização do direito à educação de todas as crianças africanas. Para alcançar este objectivo, será criada uma rede de parceiros que incluirá as administrações locais e regionais, as Nações Unidas e outras organizações não-governamentais, comissões de escolas, empresas e ministérios. A acção mais importante é a mobilização das próprias aldeias e comunidades para o funcionamento adequado das escolas.

Nos seis países referidos, serão instaladas escolas sobretudo nas áreas rurais. Em Angola, por exemplo, as próprias comunidades construirão salas de aula com tijolos de barro. A UNICEF fornece cimento e madeira e coordena o trabalho. Todas as escolas passarão a ter água canalizada e latrinas. Serão também fornecidos quadros de ardósia, livros, canetas e bancos. Serão organizados centros e cursos de formação para professores a fim de facilitar a aprendizagem de novas metodologias de ensino e gestão escolar. Serão criados clubes infantis e juvenis nas escolas para veicular informação sobre prevenção e protecção da infecção pelo VIH/SIDA.



A UNICEF e a Nelson Mandela Foundation pedem apoio para esta iniciativa através da campanha “Escolas Amigas-das-Crianças para África”:

- Cerca de 1.000 USD permitem adquirir material didáctico para 100 crianças no Ruanda
- 5.000 USD permitem criar 25 novos clubes e fóruns GEM (Girl.s Education Movement . Movimento para a Educação das Raparigas) na África do Sul
- 10.000 USD permitem construir uma escola com duas salas de aula numa aldeia em Angola
- 100.000 USD permitem instalar latrinas e água potável em 10 escolas no Malawi.

Para efectuar um donativo a favor do projecto Escolas para África, por favor visite a nossa página Web: www.schoolsforafrica.com

Para mais informações, é favor contactar:

UNICEF Alemanha:

Rudi Tarneden, +49/221/93650-235 ou +49/170/8518846
rudi.tarneden@unicef.de

UNICEF África do Sul:

Yvonne Duncan, 082-561-3970
yduncan@unicef.org

Comité Português para a UNICEF:

Margarida Ramirez Cordeiro, +351/21/317 75 21/00
mrcordeiro@unicef.pt

Para informações mais detalhadas, é favor contactar:

Nelson Mandela Foundation:

Ms. Makano Morojele 27 11 853 2604
makano@nelsonmandela.org

UNICEF África do Sul:

Dr. Sibeso Luswata 27-82- 561-3972
sluswata@unicef.org

UNICEF

A SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2005

A INFÂNCIA AMEAÇADA



Factos mais relevantes: a pobreza

Mais de metade das crianças dos países em desenvolvimento vivem sem qualquer tipo de acesso a bens e serviços básicos:

- Uma em cada seis crianças sofre de fome; uma em cada sete não tem qualquer espécie de cuidados de saúde; uma em cada cinco não tem acesso a água própria para consumo e uma em cada três não tem casa de banho nem instalações sanitárias em casa;

- Mais de 640 milhões de crianças vivem em habitações térreas ou extremamente sobrelotadas; e mais de 300 milhões não têm acesso à televisão, rádio, telefone ou jornais;

- Mais de 120 milhões de crianças, a maioria das quais raparigas, não frequentam a escola primária.

A pobreza diminui a capacidade das famílias e das comunidades para se ocuparem das crianças. À escala mundial:

- 180 milhões de crianças trabalham nas piores condições;

- 1.2 milhões são vítimas de tráfico todos os anos;

- 2 milhões, na maioria raparigas, são exploradas sexualmente para fins comerciais;

Em comparação com as dos meios urbanos, as crianças que vivem em meios rurais correm o dobro do risco de serem privadas de bens e serviços e três

vezes mais de não irem à escola.

Os indicadores de rendimento não traduzem de modo adequado a forma como as crianças sentem os efeitos da pobreza. A Índia e o Senegal têm níveis de rendimento per capita semelhantes, mas as crianças indianas correm maior risco de má nutrição enquanto que para as senegalesas o risco de serem privadas da escolaridade é maior.

Apesar do crescimento da economia mundial, as desigualdades de rendimento acentuaram-se tanto no interior dos países como entre países. Nas países em desenvolvimento, as crianças dos 20% das famílias mais pobres correm o dobro do risco de morrer antes dos cinco anos de idade do que as dos 20% das famílias mais ricas.

As sanções económicas podem ter efeitos catastróficos nas crianças. As taxas de mortalidade dos menores de cinco anos duplicou no Iraque, passando de 50/1.000 em 1990 para 125/1.000 em 2002. No Haiti, a má nutrição grave passou de 3,4% em 1990 para 7,8% em 1994-95 e a taxa de escolarização diminuiu de 83% em 1990 para 57% em 1994.

A pobreza infantil agravou-se nitidamente nos países mais ricos. Apenas quatro países industrializados, Canadá, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos da América têm actualmente menos crianças a viver em lares de baixos rendimentos do que em finais dos anos 80. Em 2000, apenas a Finlândia, a Noruega e a Suécia tinham taxas de pobreza infantil abaixo dos 5%.



Este ano lectivo fica definitivamente marcado pelo conturbado processo de colocação de professores, mas marca também o início de uma envergonhada generalização da apelidada “**Reforma Curricular do Ensino Secundário**”.

É, pois, com justificada pertinência que o **SPRC** decidiu organizar o presente Encontro Regional, na sequência, aliás, do acompanhamento que tem efectuado junto das escolas sobre esta matéria. Nele procurar-se-á não só identificar as dificuldades e constrangimentos vividos pelas escolas, seus professores e alunos no início da implementação da dita reforma, mas também preparar as suas acções futuras em prole de um ensino secundário de qualidade.

É com esse sentido de responsabilidade, do qual não abdicamos, que o **SPRC** entende ser imprescindível a sua participação.

Debates:

Painel 1 - “Pontos de vista sobre a Reforma”

- Paulo Sucena | FENPROF
- Albino Almeida | CONFAP
- Representante da A.E. Esc. Sec. Avelar Brotero (a confirmar)

Dinamizador: Vítor Godinho | Coordenador do Departamento do Ensino Secundário do SPRC

Painel 2 - “Viver a Reforma na Escola: o trabalho e a opinião dos professores”

- Edviges Antunes | Associação de Professores de Português
- Nome a indicar | Sociedade Portuguesa de Matemática
- Margarida Marinho | Assoc. de Prof. de Exp. e Comunicação Visual
- Nome a indicar | Escola Secundária D. Maria (Coimbra)
- Nome a indicar | E.B. 2,3/S da Pampilhosa da Serra

Dinamizador: João Loureiro | Coordenador do Executivo Distrital de Coimbra do SPRC



O Gafanhoto, n.º 34
Escola Secundária com 3.º ciclo da Gafanha da Nazaré

“O Gafanhoto” começa o ano lectivo em grande forma. O novo painel de identificação da escola, a imaginação da Rádio “Onda Escola”, a apresentação do CD pelo grupo “Corais” - coral da vossa escola, que revelou o seu trabalho no dia Mundial da Música e o Sarau de abertura do ano lectivo. É já muita actividade para o início do ano. O jornal apresenta ainda entrevistas, livros, notícias e informação. A comunidade educativa tem um bom meio, o jornal, para estar informada. Os elementos que fazem o jornal parece terem conseguido um bom conjunto de colaboradores. Fica-se, também, com a ideia que o pessoal do jornal está a ganhar balanço para voar mais alto, isto é, fazer um jornal ainda melhor.

O RCI agradece o envio do CD “No centro da Música” do grupo “Corais” da vossa escola, constituído por alunos, professores e pais. Já ouvimos o CD e gostámos. O clube de música está de parabéns. Um grande abraço para a equipa de “O Gafanhoto”.

Entre Nós, n.º 14
E.B. 2,3/Secundária de Vilar Formoso

De entre muitos assuntos abordados no vosso jornal, destacamos toda a informação sobre as actividades realizadas e a realizar na escola, organização da escola, temas como, “as praxes académicas”, “problemas de adolescente”, etc. “O farol das Letras” presta um justo tributo à escritora Sophia de Mello Breyner Andresen e evoca Elfriede Jelinek, escritora austríaca, galardoada com o prémio Nobel da Literatura, em 2004.

Dois elementos da “Oficina da História e Arqueologia” revelam no texto “O passado pré-histórico na região entre Côa e Tourões” um bom trabalho de pesquisa que pode ajudar a conhecer melhor aquela região. É um prazer receber e ler o “Entre Nós”. Bom ano 2005 para o pessoal do “Clube de Jornalismo”. Um abraço.

O Amarelinho, n.º 25
Agrupamento de Escolas de Marzovelos

“O Amarelinho” é um jornal bem estruturado. Os assuntos estão bem arrumados e são diversificados. O jornal dá a conhecer as actividades já realizadas e, pelo que pudemos ler, já tiveram um 1.º período bem cheiinho. De salientar a participação das diversas escolas do agrupamento e dos elementos da comunidade educativa que deram o seu contributo. Parabéns à “nova” Escola E. B. 1,2 “João Barros”. Um abraço para a equipa de “O Amarelinho”. Bom 2005.

O Alvinho, n.º 16
Agrupamento Vertical de Escolas de São Pedro de Alva

Parabéns pelo primeiro “Alvinho” deste ano lectivo e parabéns pelo novo pavilhão ginnodesportivo que irá servir as escolas do Agrupamento e entrará em funcionamento no início de 2005. O vosso jornal dá conta das diversas actividades realizadas no 1.º período, publica duas entrevistas, uma à Presidente do Conselho Executivo e outro ao Presidente da Junta de freguesia da Travanca do Mondego, que testemunham actividades e experiências da escola e da freguesia.

Nota-se uma boa participação das outras escolas do agrupamento, revelando um pouco do que lá se faz. O inquérito sobre saúde e higiene dos alunos na escola revela dados significativos que poderão ser analisados em algumas disciplinas. Um grande abraço e parabéns para a equipa que participou no concurso SMS - Ser Mais Sabedor, da RTP1. Bom ano de 2005 para a equipa de “O Alvinho”.

O Perdigoto, n.º 22
Jornal do Agrupamento de Escolas Cidade de Castelo Branco

“O Perdigoto” é um jornal bem estruturado e com uma boa participação das escolas do Agrupamento. Boa informação sobre as actividades a realizar nas escolas e boa participação de alunos e professores.

A entrevista com a directora do museu Tavares Proença Júnior é elucidativa das iniciativas e actividades levadas a cabo pelo Museu. Parabéns aos alunos que participaram no concurso SMS - Ser mais Sabedor, realizado pela RTP1. Um Grande abraço para o pessoal do Clube de jornalismo e continuação de bom trabalho.

O Moscardo, n.º 18
Escola Secundária de Estarreja

“O Moscardo” é um jornal bonito, leve e apelativo. Bom papel, boa disposição dos textos e dos temas, bela capa e contracapa. Participação adequada de alunos e professores. Informações sobre as actividades realizadas e a realizar na escola. “O Moscardo” fala-nos, ainda, de literatura, política, filosofia, desporto e música, “Para mais tarde recordar” tem fotografias e legendas muito bem “apanhadas”. Parece um jornal optimista, feito por gente que sonha uma escola melhor e um mundo melhor. Um grande abraço para a equipa de “O Moscardo”. Força.

O Recreio, n.º 43
Agrupamento de Escolas do Tortosendo

Muitas notícias da escola e do meio envolvente. Algumas notícias tristes, como aquela do encerramento de uma empresa que deixou no desemprego 123 trabalhadores. Boa participação de alunos e professores e boa organização do jornal. Os temas tratados revelam um critério adequado e as disciplinas têm a possibilidade de mostrar algum trabalho que realizam. A qualidade da participação das escolas do 1.º ciclo e do Jardim de Infância é surpreendente, Obrigado à equipa de “O Recreio”. Até ao próximo

MAISHOTEL
Só se vive uma vez...

Talonário MaisHotel:
Como adquirir?

No recente protocolo formalizado entre o Programa MaisHotel e o SPRC e no âmbito da **Campanha de Carnaval, o Programa MaisHotel oferece-lhe na compra de 1 Talonário de 7 noites de estadia para duas pessoas por apenas 50,00 Euros + 1 talonário também de 7 noites de bónus, até 9 Fevereiro nos mais de 80 aderentes ao Programa e que constam no Guia de Hotéis.**

Ocupar um quarto que inevitavelmente iria ficar vago é a razão para os utilizadores do programa MaisHotel aceder aos hotéis aderentes com descontos que chega aos 65%, do preço do Balcão.

O talonário MaisHotel é constituído por um livro de 7 (sete) talões de alojamento em Quarto-duplo, um Guia de Hotéis e uma bolsa para guardar estes documentos.

O Talonário tem validade de 1 ano após a data de compra.

Normas de Utilização

Os utilizadores deverão apresentar no Check-in do hotel seleccionado, o número de talões correspondentes ao número de noites reservadas, antecipadamente. **Não** é obrigatória a utilização das 7 noites seguidas na mesma unidade hoteleira. Acresce à utilização do Talonário a efectivação de um consumo mínimo (normalmente, 1 pequeno Almoço + 1 Refeição), por pessoa/dia, no estabelecimento hoteleiro escolhido:

Albergaria Pedra D'Ouro
São Pedro de Moel em frente do mar com vistas de cortar a respiração, venha adormecer com o som das ondas...

Consumo Mínimo: Por pessoa/dia
P. Almoço:.....5,00 Euros
 Refeição:..... 12,50 Euros

Estalagem do Cerro

Albufeira junto do miradouro desfruta de vistas extraordinárias sobre a baía e o oceano...

Consumo Mínimo: Por pessoa/dia
 DG (Inclui PA + RF) 20,00 Euros

Mais hotéis do Programa, visite-nos em www.maishotel.com

Estalagem do Cerro

Para mais informações:
 Te l / F a x - 2 1 8 4 8 3 2 0 3 —



Novos Protocolos

Hotel Baleeira – Sagres — 30% desconto

	A	B	C	D	
Individual		29,50	54,00	70,00	93,00
Duplo	40,50	72,00	89,00	117,50	
Suplemento Vista mar	14,00	14,00	14,00	14,00	
Cama extra	47,00	23,00	30,50	38,00	
Sup. Meia pensão	17,00	17,00	17,00	17,00	
Crianças	50%	50%	50%	50%	
Berço	

A-Nov.04-Mar.05 B-Abr/Mai+Out.05 C-Jun.05 D-Jul/AgoSet.05
Pequeno Almoço Buffet

Praia Golfe Hotel – Espinho — 20% de desconto

	Jan, Fev, Março + Nov. e Dez/05	Abril a Out/05
Quarto Individual / Vista Cidade	105	130
Quarto Individual / Vista Mar	122,50	152,50
Quarto Duplo / Vista Cidade	118	143
Quarto Duplo / Vista mar	135,50	165,50
Suite	190	220
Cama extra	25	25

Estas Tarifas quarto/noite incluem:

- Pequeno-Almoço Buffet no Restaurante ou Continental, no quarto;
- Utilização Livre da Piscina Interior, Sauna, Jacuzzi e Banho Turco;
- Todas as Taxas e Serviço;

Hotel

Rainha D. Amélia

Castelo Branco

— 30% de desconto,
excepto em épocas de Natal, Fim de
Ano, Carnaval e Páscoa.

De 01.11.2004 a 31.05.2005

Quarto single — 63,50 Euros

Quarto Duplo — 77,50 Euros

De 01.06.2005 a 31.10.2005

Quarto single — 62,00 Euros

Quarto Duplo — 75,50 Euros

Package 1 (3 noites) / Preço pessoa

Single — 105,50 Euros

Duplo — 59,50 Euros

Package 2 (4 noites)

Single — 139,00 Euros

Duplo — 77,50 Euros

3.ª pessoa — 45,50 Euros

O package inclui: pequeno almoço buffet, oferta de Porto de boas vindas, garagem.

DIVULGAÇÃO

Mosteiro dos Jerónimos / Torre de Belém

Visitas guiadas com Oficinas Pedagógicas para alunos do Pré-escolar, 1º e 2º ciclos do Ensino Básico

Programação 2004/2005

Mosteiro dos Jerónimos

Atelier dos Medalhões - Pré-escolar - 30 alunos

Após uma visita exploratória ao Mosteiro em que são contadas as histórias de animais aí representados, as crianças são convidadas a criar o seu próprio medalhão baseado em imagens observadas ao longo da visita.

Brincando no Mosteiro

Pré-escolar - 30 alunos

Era uma vez um rei, uma rainha — vamos conhecer a história deste mosteiro e no fim brincar através de um puzzle, com as figuras históricas mais importantes que por ele passaram.

Jogo do Mosteiro

1º ciclo - 40 alunos

Baseado no famoso Jogo da Glória, tem este jogo por tema o quotidiano no Mosteiro no séc. XVI e as lendas com ele relacionadas. As crianças lançarão um dado em cima de um tapete de jogo, sendo elas próprias os peões.

Atelier - O Monge Manuel

1º ciclo - 30 alunos

Ao longo da visita ao Mosteiro é contada a história do Monge Manuel, personagem fictícia que terá inventado os famosos pastéis de Belém. A seguir, as crianças, utilizando as técnicas de pintura, recorte e colagem, criam uma figura alusiva à história do Mosteiro.

Atelier das Iluminuras

1º ciclo - 40 alunos

Após uma visita exploratória na qual é abordada o quotidiano no Mosteiro no séc. XVI, com especial incidência sobre o trabalho dos monges copistas, as crianças executam uma iluminura com a inicial do seu nome.

Jogo dos Descobrimentos

4º e 5º ano - 40 alunos

Este jogo, de pontuação, segue o percurso feito por Vasco da Gama na sua viagem para a Índia, permitindo dar às crianças informações acerca dos locais descobertos e das trocas comerciais que eram feitas ao longo da viagem.

Torre de Belém

Atelier - A viagem de Nuno Tristão

Pré-escolar e 1º ciclo - 40 alunos

A partir da leitura da história "A viagem de Nuno Tristão", as crianças tomam conhecimento da vida a bordo nas naus do séc. XVI, e a seguir criam o seu próprio Diário de Bordo imaginando uma viagem numa dessas naus tal como o herói da história!

Escudos e Brasões

1º ciclo - 30 alunos

Após uma visita à Torre é explicada às crianças a importância do escudo como arma de defesa e também como forma de identificação dos cavaleiros e das famílias nobres. A seguir, as crianças, utilizando as técnicas de pintura e recorte criam o seu próprio es-

cudo com o seu brasão.

À Descoberta de Novos Mundos

4º e 5º ano - 40 alunos

Elefantes, milho, pérolas — são alguns dos produtos comercializados pelos portugueses na época dos Descobrimentos. Neste atelier vamos fazer uma viagem imaginária a bordo de uma nau e conhecer alguns dos produtos que contribuíram para a transformação da Europa e do Mundo nesta época.

Informações

As marcações deverão ser feitas à Segunda - feira das 10.00h às 13.00h e das 14.30h às 17.30h.

As oficinas pedagógicas decorrerão de terça a sexta-feira às 10.00h, 11.30h, 14.00h e 15.30h.

As oficinas pedagógicas têm a duração aproximada de 1 hora.

Todas elas funcionam tendo como número mínimo de participantes de 10 alunos.

Informamos que após a marcação telefónica deverá ser feita uma reserva ou confirmação de inscrição nas Oficinas através de um fax ou outro documento escrito.

A participação em cada uma das oficinas pedagógicas implica o pagamento de 2€ por criança, sendo a entrada dos professores gratuita.

Contactos

Equipa de Animação Pedagógica

Mosteiro dos Jerónimos

Praça do Império

1400-206 Lisboa

Telefone: 965503841 / 213620034

Fax: 21 363 91 45

E-mail : animacao.pedagogica@clix.pt